

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARCOS SERRES DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DAS COLIGAÇÕES NOS RESULTADOS ELEITORAIS: O
CASO DE ITAQUI (RS)**

São Borja

2015

MARCOS SERRES DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DAS COLIGAÇÕES NOS RESULTADOS ELEITORAIS: O
CASO DE ITAQUI (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Ciências Sociais – Ciência Política
da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Ciências Sociais –
Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Claudio Damin

São Borja

2015

MARCOS SERRES DE OLIVEIRA

A INFLUÊNCIA DAS COLIGAÇÕES NOS RESULTADOS ELEITORA: O CASO DE ITQUI (RS)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais - Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

TCC defendido e aprovado em: 01 de dezembro de 2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dra. Angela Quintanilha Gomes

UNIPAMPA

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **CLAUDIO JUNIOR DAMIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/01/2026, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **THIAGO DA SILVA SAMPAIO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/01/2026, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANGELA QUINTANILHA GOMES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/01/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1944538** e o código CRC **1EC259F5**.

RESUMO

Este trabalho analisa a influência das coligações partidárias nos resultados eleitorais do município de Itaqui (RS) entre os pleitos de 2000, 2004, 2008 e 2012. O objetivo é compreender se as coligações apresentam durabilidade temporal, consistência ideológica e quais impactos produzem sobre o desempenho eleitoral dos partidos, especialmente dos partidos de pequeno porte. Para isso, utiliza-se uma abordagem que combina análise qualitativa e quantitativa, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral e de fontes locais. Os partidos são classificados segundo seu posicionamento ideológico (esquerda, centro e direita) e quanto ao seu tamanho, definido a partir da representação na Câmara de Vereadores. A partir dessa tipologia, as coligações são categorizadas segundo sua força e consistência ideológica. Os resultados indicam que as coligações em Itaqui não apresentam continuidade ao longo do tempo, caracterizam-se majoritariamente pela baixa consistência ideológica e exercem papel decisivo nos resultados eleitorais, sobretudo nas disputas majoritárias. Observa-se ainda que os partidos de menor porte tendem a buscar alianças com partidos maiores como estratégia de sobrevivência e ampliação de suas chances eleitorais, confirmando tendências apontadas pela literatura especializada. Conclui-se que as coligações constituem um elemento central na dinâmica política local, estruturando as disputas eleitorais e influenciando diretamente a composição do poder municipal.

Palavras-chave: coligações eleitorais; eleições municipais; partidos políticos; sistema eleitoral; Itaqui.

Resumen

Este trabajo analiza la influencia de las coaliciones partidarias en los resultados electorales del municipio de Itaqui (RS) en los comicios de 2000, 2004, 2008 y 2012. El objetivo es comprender si las coaliciones presentan durabilidad temporal, consistencia ideológica y cuáles son sus impactos sobre el desempeño electoral de los partidos, especialmente de los partidos pequeños. Para ello, se adopta un enfoque que combina análisis cualitativo y cuantitativo, basado en datos del Tribunal Superior Electoral, del Tribunal Regional Electoral y en fuentes locales. Los partidos son clasificados según su posición ideológica (izquierda, centro y derecha) y según su tamaño, definido a partir de

su representación en la Cámara de Concejales. A partir de esta tipología, las coaliciones son categorizadas de acuerdo con su fuerza y consistencia ideológica. Los resultados muestran que las coaliciones en Itaqui no presentan continuidad a lo largo del tiempo, se caracterizan mayoritariamente por una baja consistencia ideológica y desempeñan un papel decisivo en los resultados electorales, especialmente en las disputas mayoritarias. Asimismo, se observa que los partidos de menor tamaño tienden a buscar alianzas con partidos mayores como estrategia de supervivencia y ampliación de sus posibilidades electorales, confirmando tendencias señaladas por la literatura especializada. Se concluye que las coaliciones constituyen un elemento central en la dinámica política local, estructurando las disputas electorales e influyendo directamente en la composición del poder municipal.

Palabras clave: coaliciones electorales; elecciones municipales; partidos políticos; sistema electoral; Itaqui.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das coligações nas eleições de Itaqui, município localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Para realizar essa análise foram escolhidos quatro pleitos municipais em Itaqui, são estes 2000, 2004, 2008 e 2012, dos quais todos tiveram coligações tanto nas eleições majoritárias quanto nas eleições proporcionais.

O tema foi escolhido devido a sua importância para esfera eleitoral e nos resultados destes. Machado (2012) explica que no campo da literatura de Ciência Política as coligações são, na maioria das vezes, deixadas de lado enquanto a maior parte desta busca tratar das coalizões governamentais. Para Golder (2006, apud MACHADO, 2012, p. 10), considerar as coligações importantes é necessário, pois “(i) elas podem ter impacto considerável sobre os resultados das eleições, a composição do governo e políticas; (ii) elas têm implicações normativas importantes sobre a natureza representativa do governo; e (iii) são bastante comuns”.

No entanto este trabalho busca estudar pontos precisos das coligações municipais de Itaqui, respondendo a questões que buscam entender se estas possuem *durabilidade temporal e consistência ideológica*.

Também este trabalho pretende averiguar se essas coligações apresentam algum tipo de tendência e se os partidos pequenos, ao formarem alianças, buscam os partidos maiores, assim como afirma a literatura corrente.

Esses pontos serão analisados de forma que a teoria e os dados empíricos estejam traçados claramente para que haja um melhor entendimento destes. Dessa forma, o trabalho não se resume apenas a um estudo **quantitativo** ou **qualitativo**, visto que, assim como busca traçar perfis teóricos das coligações e explicações mais aprofundadas sobre o perfil específico de cada partido durante as coligações, de forma qualitativa, também são estudados dados mais gerais das coligações entendendo a dinâmica de formação e alianças e os impactos que elas possuem nos resultados eleitorais de forma mais geral e ampla, dando assim uma visão também quantitativa para este trabalho.

Para as análises serão utilizados diversos métodos, alguns já aplicados em outros trabalhos já presentes na Ciência Política, apresentados por outros autores, como a classificação ideológica dos partidos que participaram das coligações nas eleições municipais de Itaqui. Para essa classificação, é utilizado o trabalho de Rodrigues (2002)

cuja classificação é apresentado no artigo de Tarouco e Madeira (2013), por ser considerada melhor aplicável a esse trabalho.

Outros métodos de classificação foram criados para serem utilizados no próprio trabalho, como a forma de classificação dos partidos quanto ao seu tamanho. Para isso, é utilizado um critério simples para medi-lo baseado na quantidade de cadeiras que estes partidos ocupam no Legislativo Municipal.

Esse critério tem como base as teorias dos efeitos psicológicos e mecânicos de Duverger que tratam dos efeitos eleitorais dos partidos que estão dentro e fora do poder ao longo do tempo. Segundo o mesmo, o efeito mecânico de Duverger seria o fato de que quanto menor o número de cadeiras disponíveis, menores são as chances dos partidos pequenos as ocuparem, concedendo assim uma proporção menor de cadeiras a que eles têm direito na representação perfeita, isso geraria uma menor representatividade, ou sub-representatividade, destes partidos.

Com isso, os partidos que estão no poder teriam uma ferramenta maior de atuação que seriam as instituições políticas a qual estão ligadas, no caso deste trabalho, o Legislativo, e dessa forma teriam mais condições de fazer algo politicamente relevante do que os outros partidos que não teriam representação, dando assim a entender aos eleitores que votar em partidos que não tem condições de se eleger e também não tem atuação política relevante seria um “desperdício de votos”. Esse seria o efeito psicológico de Duverger.

Como a preocupação deste trabalho é entender a dinâmica das coligações apenas no período eleitoral, então se preferiu utilizar dessa teoria para criar o modelo de classificação de tamanho do partido tendo como base a representação na Câmara, entendendo que estes partidos não deveriam ter seu tamanho entendido como um simples ato de contar número de filiados mas sim de medir sua força eleitoral e seu impacto na formação de alianças.

Portanto, nesse trabalho, é classificado como partido pequeno aqueles que não possuem nenhuma representação na Câmara de Vereadores; partido médio aqueles que possuem apenas um representante; e partido grande aqueles que possuem mais de um representante.

Esse método tem como instituição base a Câmara de Vereadores devido a maior Magnitude (M) em relação ao Executivo Municipal, e por isso, é possível classificar um maior número de partidos.

Feita a classificação dos partidos quanto seu tamanho, é possível, então, classificar as coligações quanto sua força e tamanho utilizando-se da classificação anterior.

As coligações são divididas em fracas, médias e fortes, tendo como critério o tamanho dos partidos aos quais compõe essa aliança.

As coligações fracas são aquelas formadas apenas por partidos pequenos, ou seja, que não possuem representatividade na Câmara. As coligações médias são formadas por apenas um partido grande junto de outros pequenos. Já as coligações fortes são aquelas formadas por mais de um partido forte, tendo ou não a participação de partidos médios ou fracos.

Quanto à análise de durabilidade temporal não é necessário nenhum método específico, basta observar o quadro em que se apresentam as coligações que concorreram nos pleitos estudados e perceber se há uma continuidade destas alianças ou não.

Para a análise da consistência ideológica se é utilizado a classificação de ideologia partidária já referida, traçando os perfis ideológicos dos partidos que apresentaram aliança nos pleitos estudados com os outros partidos que estiveram presentes nessas alianças.

As coligações que possuem consistência ideológica são aquelas na qual estiveram coligados apenas partidos da mesma classificação, ou seja, apenas partidos de esquerda, direita ou centro. São estas chamadas coligações consistentes.

Coligações formadas por partidos de direita ou de esquerda aliados apenas com partidos de centro, são classificadas como coligações semi-consistentes.

As coligações formadas por partidos de direita e esquerda juntos, com ou sem a presença de partidos de centro, são classificadas como coligações inconsistentes.

Este trabalho, além de buscar entender e classificar as coligações segundo sua força e consistência ideológica, também apresenta outros problemas de pesquisa que se busca resolver.

Muitos autores da literatura política apresentam a ideia de que partidos pequenos não se coligam entre si, preferindo formar alianças com partidos maiores. Dantas e Praça (2010) vai mais longe ainda dizendo que esses partidos acabam tornando-se dependentes dos partidos grandes. Esse trabalho pretende verificar se essas afirmações se confirmam no caso das eleições e coligações itaquenses.

Ainda, é claro, há uma busca por tendências que possam ser encontradas na dinâmica e nos efeitos eleitorais das coligações em Itaqui no período estudado.

No entanto, para que essas classificações e estudos possam ser realizados, há uma necessidade de analisar dados e resultados das eleições. Para isso, estes dados foram buscados nos sites do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral, na 24ª Zona Eleitoral de Itaqui e no jornal Folha de Itaqui. Dados estes que algumas vezes não foram encontrados nos sites do TSE e do TRE, por isso foi necessário a busca no jornal.

Quanto à organização desse trabalho, o Capítulo 1 busca traçar um apanhado teórico de tudo aquilo que é relevante para esse trabalho na área da literatura da Ciência Política. Dividido em três partes, o primeiro capítulo explica o sistema eleitoral brasileiro e as eleições proporcionais, as eleições majoritárias e por fim as coligações eleitorais nesse sistema.

O Capítulo 2 parte desse traçado teórico para uma análise mais prática dos dados eleitorais recolhidos sobre Itaqui. Dividido também em três partes, esse trabalho estuda na primeira parte as coligações majoritárias em Itaqui, na segunda parte as coligações proporcionais, e enfim, na terceira parte, faz uma comparação entre as eleições proporcionais e majoritárias dando uma visão mais ampla da eleição.

Por fim, esse trabalho tem como objetivo suprir um espaço vazio nos estudos científicos nesta área da política em Itaqui, já que não existe qualquer que seja trabalho desse tipo, portanto, esse trabalho além de possuir importância significativa e prática para a política itaquense, também é inovador e inédito.

A phd em Ciência Política pela Florida International University, Aline Machado, escreveu, em 2012, um livro de estudos sobre coligações chamado “Alianças Eleitorais: casamento com prazo de validade”, um nome bem sugestivo para um estudo do tipo. Isso porque nas coligações, ora um partido está apoiando, ora está contrário, e é essa dinâmica eleitoral que trouxe o interesse do assunto a ser pesquisado. A própria autora, na página 1 de seu livro, logo na introdução, nos diz que desde que houve a reabertura democrática, os partidos tem recorrido frequentemente para formar alianças nas disputas eleitorais. Segundo a autora, um “quebra-cabeça, com dimensões teóricas e práticas, se apresenta: o que leva os partidos brasileiros a formar estes cartéis eleitorais?”

Os métodos explanados nessa primeira parte desse trabalho tem como objetivo buscar resposta para essa e outras indagações a nível local, porém, não menos

importante. Portanto, estudar as coligações e as eleições em Itaqui é dar importância aos mais de 22 mil eleitores que essa cidade possui.

Sistema político e as coligações eleitorais no Brasil

O presente capítulo tem como finalidade fazer um traçado teórico que aborde os conceitos existentes na literatura de ciência política sobre coligação, eleições municipais e o sistema político brasileiro, criando assim um mapa teórico que auxilie a compreensão desse trabalho de conclusão de curso.

O capítulo está dividido em três partes onde são apresentados conceitos e definições sobre o sistema político brasileiro, coligações em modo geral e coligações municipais que possui uma recente, mas já consolidada, discussão na literatura, sendo Miguel e Machado (2010), Dantas (2009; 2010) e Carreirão e Nascimento (2010; 2012) uns dos principais envolvidos na produção de conhecimento sobre o tema.

1. O sistema eleitoral brasileiro e as eleições proporcionais

As regras do sistema eleitoral brasileiro são definidas basicamente pela Constituição de 1988 e pelo Código Eleitoral (Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965), sendo ainda o sistema regulado pelo TSE dentro daquilo que lhe é definido pela lei. A Constituição Federal define três sistemas eleitorais distintos detalhados no Código Eleitoral: eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados espelhado nos legislativos das esferas estadual e municipal; eleições majoritárias com um ou dois eleitos para o Senado Federal; eleições majoritárias em dois turnos para presidente e governadores, sendo que para prefeitos ocorrerá segundo turno somente em cidades com mais de 200 mil eleitores.

A existência desses três sistemas eleitorais distintos dentro do sistema eleitoral brasileiro e outros o torna o brasileiro bastante complexo, possuindo uma gama de regras detalhadas para várias questões. Nessa parte do capítulo será feita uma pequena revisão dos aspectos mais relevantes do sistema eleitoral brasileiro, a começar por entender o que é um sistema eleitoral. Na definição fornecida por Nicolau (2004, p 10):

O sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como em uma determinada eleição o eleitor pode fazer suas escolhas e como os votos são contabilizados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo).

Segundo nossas regras eleitorais os estados se tornam distritos eleitorais nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e senador. Nas eleições presidenciais o país inteiro se torna um distrito eleitoral. Já quando as eleições são para prefeito e vereador, as circunscrições eleitorais acabam sendo os municípios onde essas eleições acontecem.

Cada distrito eleitoral possui um número específico de vagas, ou cadeiras, para os representantes. Essa quantidade é chamada de magnitude e é representada pela letra M.

Existe uma relação entre a fórmula eleitoral e a magnitude do distrito eleitoral. Os modelos de representação majoritária são aplicados, em geral, em distritos uninominais ($M = 1$), embora possam ser utilizados em distritos plurinominais ($M > 1$). Os sistemas proporcionais devem necessariamente utilizar distritos plurinominais para garantir um resultado minimamente proporcional, porque a fórmula proporcional utilizada com distritos uninominais acaba funcionando como uma disputa majoritária. (Nicolau, 2004, p. 13)

Algo interessante a se ressaltar sobre esse modelo é a relação entre a proporcionalidade de votos de cada partido e o número de vagas de cada partido numa determinada eleição. Quanto maior o número de vagas oferecidas, por exemplo, maior as chances de um partido pequeno conseguiu-la. Um exemplo disso apresentado por Nicolau(2004, p 14) é que se um partido com 5% dos votos não iria eleger ninguém num distrito com $M= 10$, mas possivelmente isso aconteceria num distrito $M=25$.

Rae (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 75) afirmava que: “A proporcionalidade com a qual as cadeiras são alocadas cresce à medida que aumenta a magnitude dos distritos eleitorais: quanto maior for a magnitude, maior será a proporcionalidade (...)”, isso mostra que quanto mais candidatos houverem por cada distrito maior será a proporcionalidade de cadeiras em relação aos votos que cada partido recebeu e isso acaba levando a um menor desvio concentrador de cadeiras, ou seja, haverá menos cadeiras nas “mãos” de um só partido.

Isso acaba levando a perceber que quanto maior o número de cadeiras oferecidas num distrito (magnitude), maior também será o número de partidos a concorrer nesse distrito (RAE apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 77), isso ocorre porque num distrito de baixa magnitude “não há espaço para abrigar as diversas tendências, o que não ocorre quando o distrito aumenta”, levando assim a possibilidade de concentrar mais cadeiras nas mãos de um único partido grande, reafirmando a teoria anterior.

Como um partido acaba concentrando mais cadeiras num pleito do que os outros, alguns partidos acabam ficando sub-representados, ou seja, aqueles partidos que receberam poucas ou nenhuma cadeira. Isso acaba gerando, segundo Duverger (apud LIMA e JÚNIOR, 1997, p. 76) alguns efeitos posteriores na representação desses partidos. O primeiro, é o efeito mecânico que seria uma concessão de bônus em cadeiras aos maiores partidos penalizando assim os menores concedendo a eles uma proporção menor a que eles têm direito na representação proporcional perfeita. Esses partidos grandes acabam tendo maior poder que os partidos pequenos, por estarem ligados ao Estado e ao governo, fazendo assim com que as ações eleitorais dos partidos menores acabem sendo diminuídas no próximo pleito levando assim a ideia do efeito psicológico, que seria o segundo efeito da lei eleitoral.

O segundo, o efeito psicológico, seria a perda de votos dos partidos pequenos e sub-representados pois as pessoas deixariam de votar neles por considerar um desperdício de seu voto, o que levará a uma representação ainda menor no próximo turno o que acaba fazendo com que o partido diminua cada vez mais podendo até enfraquece-lo totalmente ou sumi-lo.

Por isso deve-se ao sistema proporcional a presença de diversos partidos políticos pois, segundo as “leis sociológicas” de Duverger “a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes” (DUVERGER apud LIMA JÚNIOR, 1997 p. 72). Como o sistema proporcional acaba dando oportunidades aos pequenos partidos se elegerem eles acabam sofrendo menos com os efeitos psicológicos e mecânicos da sub-representação, dando assim um campo propício para o aparecimento de partidos pequenos e que representem camadas menores da população.

No Brasil, as eleições para o legislativo nos três âmbitos – municipal, estadual e federal (exceto o Senado Federal) – acontecem com o sistema de votos proporcional também conhecido como sistema eleitoral de vencedor múltiplo. Nele a proporção de cadeiras parlamentares ocupada por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtida por ele.

A fórmula proporcional tem duas preocupações fundamentais: assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade esteja refletiva no Legislativo e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação. A principal virtude da representação proporcional, segundo seus defensores, estaria em sua capacidade de espelhar no Legislativo todas

as preferências e opiniões relevantes existentes na sociedade. (NICOLAU, 2004, p. 37)

O objetivo desse sistema seria garantir que a quantidade de cadeiras dos partidos que disputam e a porcentagem de votos que eles receberam possuam uma equidade matemática. Por exemplo, um partido que recebeu 10% dos votos ficaria com uma representação próxima a esses 10%, embora na prática essa proporcionalidade entre votos e cadeiras dependa de uma série de fatores, além desse.

O sistema proporcional brasileiro apresenta o método de lista aberta, ou seja, os eleitores escolhem quais candidatos vão ocupar as cadeiras que cada partido (ou coligação) conquistou ao fim das eleições.

No sistema proporcional de lista aberta, cada partido apresenta uma lista de candidatos não ordenada e os eleitores votam no nome dos candidatos, sendo assim, seus votos são somados e utilizados para definir o número de cadeiras conquistado por cada partido que serão ocupadas pelos candidatos mais votados.

No Brasil o sistema de lista aberta é utilizado desde 1945 sendo que até 1962 o voto era necessariamente dado para um determinado candidato já que não existia a possibilidade de votar na legenda que é uma singularidade do sistema brasileiro, como aponta Nicolau (2004).

Outra singularidade é a formação de uma única lista de candidatos quando diferentes partidos estão coligados. Pelo sistema em vigor no Brasil, os candidatos mais votados, independentemente do partido ao qual pertençam, ocuparão as cadeiras eleitas pela coligação. (NICOLAU, 2004, p. 57)

Para fazer o cálculo das distribuições de cadeiras entre os partidos e a proporcionalidade de votos que cada um deles recebeu é utilizada uma fórmula eleitoral específica. No Brasil é utilizada a fórmula D'Hondt e se calcula a quota Hare que na legislação é apresentada como quociente eleitoral.

Para se fazer o cálculo do quociente eleitoral a legislação determina que quociente eleitoral é determinado dessa forma:

Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior. (Código Eleitoral, art. 106, p. 32)

Enquanto o quociente partidário é calculado assim:

Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração. (Código Eleitoral, art. 107, p. 32)

A soma das frações indica as sobras, ou seja, o número de cadeiras que, depois de feitos todos esses cálculos, ainda sobraram para serem distribuídas entre os partidos. Nesse caso as sobras são distribuídas da seguinte maneira:

Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante observância das seguintes regras:

I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada Partido ou coligação de Partidos pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao Partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;

II - repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares

§ 1º - O preenchimento dos lugares com que cada Partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida pelos seus candidatos.

§ 2º - Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral. (Código Eleitoral, art. 109, p.32)

É desta forma, portanto, que é realizada a distribuição das cadeiras a serem ocupadas pelos partidos nas eleições de representação proporcional no Brasil. Assim também ocorre ao nível municipal nas eleições para as Câmaras de Vereadores, objeto de nosso trabalho.

O número de vagas/cadeiras para cada vereador varia para cada cidade de acordo com o número de habitantes. Segundo o site do Senado Federal¹, essa é a tabela que define quantos vereadores haverá em cada cidade:

Tabela I - Número de vereadores por habitantes

Nº de vereadores	Nº de habitantes
9	até 15 mil
11	acima de 15 mil até 30 mil
13	acima de 30 mil até 50 mil
15	acima de 50 mil até 80 mil

17	acima de 80 mil 120 mil
19	acima de 120 mil até 160 mil
21	acima de 160 mil até 300 mil
23	acima de 300 mil até 450 mil
25	acima de 450 mil até 600 mil
27	acima de 600 mil até 750 mil
29	acima de 750 mil até 900 mil
31	acima de 900 mil até 1,050 milhão
33	acima de 1,050 milhão até 1,2 milhão
35	acima de 1,2 milhão até 1,350 milhão
37	acima de 1,350 milhão até 1,5 milhão
39	acima de 1,5 milhão até 1,8 milhão
41	acima de 1,8 milhão até 2,4 milhões
43	acima de 2,4 milhões até 3 milhões
45	acima de 3 milhões até 4 milhões
47	acima de 4 milhões até 5 milhões
49	acima de 5 milhões até 6 milhões
51	acima de 6 milhões até 7 milhões
53	acima de 7 milhões até 8 milhões
55	acima de 8 milhões

Fonte: Senado Federal

O mesmo cálculo usado para distribuir as cadeiras no legislativo estadual e nacional é usado para o preenchimento das vagas no nível municipal.

O nosso objeto de estudo, que é a cidade de Itaqui, possui atualmente 11 vereadores, segundo o site da Câmara Municipal de Itaqui. O fato da cidade, segundo o Portal ODM em 2010 a população era estimada em 38.159 habitantes, faz com que haja um déficit de 2 vereadores na Câmara Municipal de Itaqui, já que para cidades com mais de 20 mil habitantes deve haver 13 vereadores.

2. O sistema eleitoral brasileiro e as eleições majoritárias

Diferentemente, no entanto, das eleições legislativas para deputados estaduais e federais e vereadores, a eleição para o Senado ocorre, segundo diz o Código Eleitoral: “Na eleição direta para o Senado Federal(...), adotar-se-á o **princípio majoritário**”, ou seja, o partido que obtiver mais votos vai ocupando as cadeiras disponíveis até todas serem preenchidas.

Os defensores do sistema majoritário dizem que eles permitem o maior controle dos eleitos pelos seus eleitores. Nicolau (2004) explica que isso ocorre não por conta da fórmula eleitoral, mas pela adoção de distritos uninominais. Esse tipo de sistema permite que apenas um nome por área geográfica (distrito eleitoral) seja eleito, por isso é mais fácil e rápido identificar seu representante no Legislativo e acompanhar o desempenho que ele vem tendo ou entrar em contato com seu representante.

No Brasil, pra eleição dos senadores, o sistema de representação majoritário é aderido ao **sistema de maioria simples**, sendo que o candidato que é eleito é o que recebe mais votos sendo que não há um número mínimo de votos para que ele se eleja.

Uma distinção importante entre as variantes de sistemas majoritários é o estabelecimento ou não de um contingente mínimo de votos – geralmente 50% - para que o candidato seja eleito. O sistema de *maioria simples* não garante que o mais votado receberá o apoio de mais da metade dos eleitores, condição que é assegurada pelo sistema de *dois turnos* (com apenas dois candidatos disputando o segundo turno) e pelo *voto alternativo*. (NICOLAU, 2004, p 18)

O sistema de maioria simples é bom, segundo seus defensores, pois é capaz de criar governos comandados por um único partido. Blais e Carty apud Nicolau (2004) estudaram 510 eleições em 20 democracias tradicionais e afirmam que “no sistema de maioria simples um partido obteve maioria absoluta das cadeiras em 72% das eleições; no proporcional apenas 10%”.

Para eleger presidentes, governadores e prefeitos em cidades com mais de 200 mil habitantes, no entanto, também se é utilizado o sistema de representação majoritária, porém, diferente da eleição para senadores, é aderido ao sistema de dois turnos.

O sistema de dois turnos estabelece um patamar mínimo (no Brasil é de 50% mais um dos votos válidos) que o candidato tenha que atingir para ser eleito, caso nenhum dos candidatos atinja acontecerá um segundo turno para as eleições onde somente disputarão os dois candidatos mais votados no primeiro turno.

Esse sistema tem como objetivo garantir que um dos candidatos seja eleito com mais de 50% dos votos dando assim uma garantia de maior representação de comunidades no parlamento e melhores condições de ter um controle sobre a atividade dos representantes eleitos. Além disso, outra vantagem é garantir que os candidatos sejam eleitos com uma votação expressiva, o que significa que ele representa, em tese, a verdadeira vontade da maioria.

Outra questão importante de se ressaltar é que, segundo Nicolau (2004) o sistema de dois turnos tende a favorecer mais os partidos moderados pois os partidos extremistas têm mais dificuldades de se aliançarem entre o primeiro e o segundo turno tornando assim mais difícil sua eleição.

Entre 1945 e 1965 os presidentes, no Brasil, foram eleitos pelo voto de maioria simples, tendo, nesse período 3 dos 4 presidentes eleitos com menos de 50% dos votos sendo eles respectivamente: Getúlio Vargas, 49%; Juscelino Kubitschek, 36%; Jânio Quadros, 48%; sendo o único eleito com mais de 50% o general Eurico Gaspar Dutra com 55%.

A Constituição de 1988, porém, decidiu por inserir o segundo turno para as eleições de presidente, governador e prefeito em cidades com mais de 200 mil eleitores. Em cidades com menos de 200 mil eleitores os prefeitos são escolhidos em eleições por maioria simples.

Um fato curioso é que as únicas vezes em que um presidente se elegeu sem a necessidade de um segundo turno desde a reabertura democrática foi em 1994 e 1998, quando Fernando Henrique Cardoso (45) se elegeu com 54% e 53% dos votos, respectivamente.

Algo interessante de se ressaltar é que as coligações para eleições majoritárias são fortemente influenciadas pelo sistema eleitoral adotado. Quando se usa a fórmula de maioria simples os partidos tendem a se coligar antes das eleições e com isso muitos pequenos partidos sequer apresentam algum candidato pois sabem que dificilmente iriam se eleger. No entanto, quando é eleição com dois turnos, os partidos pequenos sentem-se mais incentivados a apresentar candidatos pois sabem que podem se aliançar com os maiores no segundo turno. Geralmente se espera que numa eleição que possua segundo turno haja mais candidatos do que nas de maioria simples.

Para entender melhor esse fenômeno das coligações e outros (que são o tema deste trabalho) é necessário primeiramente compreender o que são coligações e é o que faremos adiante.

3. As coligações e as eleições brasileiras

Em 2008, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 15.163 candidatos às prefeituras de 5.564 cidades, 84,4% apresentaram sua candidatura em partidos que formaram alianças entre duas ou mais legendas, número esse que em 2000 se apresentava como 73,7% e em 2004 como 80,4%. Isso mostra um crescimento das alianças nas eleições municipais.

Com isso, podemos presumir que “uma avaliação acurada da realidade eleitoral não pode desprezar a existência das alianças” (DANTAS, 2009), pelo contrário, devemos considera-las instrumentos importantes nas competições eleitorais, em especial nas de âmbito municipal, para isso, a realização desse trabalho tem como objetivo fazer um estudo mais detalhado sobre as coligações municipais entre 2000 e 2012 nas eleições da cidade de Itaquí.

Segundo o Dicionário Michellis² esse é o significado de coligação:

sf (latcolligatio) 1 Liga, aliança de várias pessoas para um fim comum. 2 *Lóg* Operação pela qual reunimos os fatos sob uma ideia (Whewell), por exemplo, as posições dos planetas sob a ideia de órbita planetária. 3 Liga de quaisquer substâncias. 4 *Polít* Confederação, aliança de partidos políticos. 5. Trama, conluio.

Já numa definição mais política, Oliveira e Rodrigues (2013, sem página) a coligação é “é o nome que se dá à união de dois ou mais partidos que apresentam conjuntamente seus candidatos para determinada eleição.”

As coligações são mais comumente usadas em países cujo sistema é multipartidário de voto proporcional, pois, segundo Nicolau (2004) os partidos pequenos que teriam dificuldades em conseguir votos e lugares sozinhos, ao se coligarem podem se beneficiar da soma de votos com outros partidos.

Isso também vai de encontro a teoria de Duverger (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 72) de que a “representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes”. E ainda a utilização em eleições majoritárias vai de encontro a outra teoria de Duverger (apud DANTAS, 2009, p. 1) de que os “sistemas majoritários de turno único tendem à reprodução de disputas bipolares”. Dantas (idem) complementa ainda afirmando que isso reflete muito quando há um segundo turno, constatando que em eleições municipais onde houve um segundo pleito, em 2000 houveram 84% dos

municípios cujos dois primeiros colocados obtiveram mais de 80% dos votos válidos no primeiro turno, em 2004 foram 82%, reforçando assim a teoria de Duverger ao atestar que nesse tipo de disputa há uma concentração de votos nos dois nomes principais nas disputas majoritárias de um turno único o que se reflete no segundo turno.

Dantas (2009, p. 1) afirma que, portanto, a utilização das coligações nas eleições majoritárias pode ser justificada por esse pensamento pois, tendo em vista que há uma disputa bipolarizada as alianças maiores tendem a se formar em torno dos dois candidatos mais fortes.

Esse tipo de aliança em torno dos candidatos mais fortes com objetivo central de participarem da disputa eleitoral sem prejuízos acaba criando alianças desprovidas de lógica partidária e ideológica, como observam Dantas e Praça (2004, p. 185). Os mesmos autores ainda afirmam que as coligações brasileiras acabam se tornando “associações de líderes partidários com objetivo de conservar (ou conquistar) o poder afastando-se de aspectos programáticos, ideológicos e do posicionamento político em esfera nacional.”

Silva (2010, p. 4), por sua vez, afirma que as coligações podem ser de curta duração e desorganizadas tendo apenas o objetivo de se beneficiarem eleitoralmente ou também podem ser duráveis e sólidas.

Isso acaba gerando, segundo Lessa (apud PEIXOTO, 2010, p. 277) um *constrangimento básico* e ainda apresenta esse comportamento das alianças como um dilema a ser superado:

É de se apontar, a tal respeito, que o quadro legal tem permitido, com frequência, a formação de alianças e coligações eleitorais nos pleitos proporcionais, confundindo a imagem dos partidos perante a opinião pública e tornando inócua a competição saudável entre partidos com vistas a maximizar seu voto e seu poder legislativo.

Esse tipo de comportamento preocupa ainda mais o autor porque, unindo essa falta de consistência ideológica na formação das coligações ao sistema de votos proporcional acaba fazendo com que votos de um eleitor com um pensamento ideológico formado acabe servindo de instrumento de eleição de um candidato cujo pensamento e comportamento ideológico é totalmente diferente do seu. LESSA (apud PEIXOTO, 2010, p. 279) afirma: “Em termos simples: dada uma coligação entre, digamos, PT e PCdoB, um pio eleitor petista católico não pode impedir que seu voto eleja um stalinista ateu”.

O sistema de representação brasileiro, que combina a lista aberta com um tipo específico de coligação, pode estar a produzir o efeito perverso de uma enorme transferência de votos de um determinado partido a outro sem a autorização prévia do eleitor, nos termos cunhados por Lessa (1992), uma proporção razoável de eleitores pode estar na sombra da representação. (PEIXOTO, 2010, p. 298)

Isso ocorre porque, diferentemente dos outros países, o Brasil possui a particularidade de os votos dados pelos eleitores numa coligação pertença à essa aliança e não ao partido. Peixoto (2010, p. 277) fala que a lista dos partidos é unificada de acordo com a coligação sem respeitar qualquer critério de proporção e distribuição de votos entre os partidos. Nicolau (2004, p. 54) explica:

Ao votar na legenda, tal como ocorre no Brasil, produz um resultado curioso. Ao votar na legenda, quando o partido de sua preferência está coligado, o eleitor não garante que seu voto ajude a eleger especificamente um nome do seu partido. Na prática, esse voto é contabilizado apenas para definir o total de cadeiras obtido pela coligação.

Entender o que leva partidos completamente opostos ideologicamente se coligarem sempre foi um assunto em pauta nos estudos sobre coligações na Ciência Política. Soares (apud PEIXOTO, 2010, p. 279) elaborou uma tese chamada *teoria da economia de esforços*, essa teoria trata da ideia de que “os partidos são atores racionais que agem de forma a maximizar o desempenho eleitoral e são influenciados pelos incentivos e restrições institucionais”.

Peixoto (2010) utiliza-se também dessa teoria para estudar as coligações e entende-las, principalmente quando se trata de alianças entre partidos de ideologias opostas.

Santos e Figueiredo (apud PEIXOTO, 2010, p. 280) formularam a chamada Lei de Ferro da Competição Eleitoral:

A probabilidade de formação de alianças eleitorais é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores. Esta é definida pelas regras que regulam a eleição. Tais regras podem aumentar ou diminuir as chances eleitorais de cada um dos competidores.

Isso quer dizer que, conforme o partido tenha mais chances de eleger-se sozinho, possui menos probabilidade de formar aliança com outros partidos, afinal, não há necessidade de fazê-lo e ter que dividir o governo sendo que pode governar sozinho.

Essa busca desenfreada por manter-se no poder é uma das possíveis explicações que os autores já citados, e outros encontraram para entender o fenômeno dos partidos de ideologias opostas a formarem alianças. No caso, os partidos ignorariam as suas diferenças ideológicas e formariam aliança pensando apenas nas vantagens eleitorais dessa aliança.

Dantas (2009, p. 6) já trata desse assunto, especialmente tratando de eleições a nível municipal, que é o objeto de estudo do presente trabalho, afirmando que:

Dantas (2007) mostrou que questões ideológicas associadas à classificação dos partidos no espectro esquerda x direita, e o alinhamento em torno do governo federal, aparecem discretamente como aspectos relevantes, deixando a impressão de que os partidos se pautam com pouca ênfase nesses temas nacionais mais amplos quando se associam nas cidades.

Peixoto (2010, p. 289) afirma que os pequenos partidos em eleições municipais geralmente são legendas que estão aos poucos se expandindo e encontram um cenário eleitoral já montado pautado em grandes legendas, o que torna difícil a sua inserção no que ele chama de *mercado eleitoral* que os obriga a “flexibilizarem suas próprias resistências ideológicas” se quiserem obter alguma vitória eleitoral significativa e coligarem-se com outros partidos de ideologias diferentes.

Os custos iniciais de entrada no sistema competitivo são ainda mais altos se o novo mercado eleitoral possui baixa magnitude, ou seja, se o novo mercado é um pequeno município. A fórmula de distribuição de cadeiras utilizada no Brasil exclui todos os partidos ou coligações que não alcançam o quociente eleitoral. Quanto menor for o município, menor o número de cadeiras em disputa, portanto, maiores os custos de superar o quociente eleitoral. Os sistemas municipais comportam Câmaras de Vereadores que variam entre 9 e 55 vagas. O que significa que o quociente eleitoral representa uma barreira de entrada no sistema que pode variar entre 11,1% (para magnitude igual a 9) a 1,8% dos votos válidos (para municípios igual a 55). (PEIXOTO, 2010, p. 289)

Sobre o alinhamento em torno do governo federal, que a citação anterior trata, além do autor desta afirmar que é uma questão pouco relevante na formação de alianças municipais, Lima Júnior (apud Gonçalves da Silva, sem ano, p. 6) mostra que:

Nos regimes federativos as coligações nacionais não se repetem nas dinâmicas locais, com estados apresentando lógicas diversificadas para as definições das estratégias dos partidos políticos nas disputas para os executivos municipais.

Peixoto (2010, p. 297) afirma que dentre as várias motivações que influenciam na decisão dos partidos de formarem aliança, uma delas é a “*pulverização* dos parceiros preferenciais das coligações nos pequenos municípios”. Ou seja, os partidos, para obterem êxito eleitoral acabam precisando se coligar com legendas que são seus adversários a nível nacional.

Para conseguir penetrar nos pequenos municípios, os partidos, ao enfrentarem novos mercados eleitorais, se veem diante de um dilema: ou flexibilizam as estratégias nacionais ou correm o risco de serem excluídos pelas barreiras impostas pelo quociente eleitoral. (PEIXOTO, 2010, p. 297)

Silva (sem ano, p. 16) porém afirma que o partido do poder executivo estadual possui mais capacidade de atrair para si alianças a nível municipal “é possível afirmar que o poder executivo, sem dúvida, possui uma capacidade de aumentar e ampliar as suas alianças eleitorais, exercendo um impacto sobre os partidos e o sistema partidário estadual”.

Para fazer uma análise das coligações nos aspectos ideológicos Miguel e Machado (2007, apud Peixoto, 2010, p. 281) criaram o Índice de Viés Ideológico que funciona da seguinte forma:

(Miguel e Machado) dividiram os partidos em três blocos e atribuíram valores para cada partido da coligação, se esquerda (-1), se centro (0) ou se direita (1). O índice é obtido por meio das médias desses scores e varia de -1 (coligações somente com partidos de esquerda) a 1 (coligações somente com partidos de direita).

Esse índice será utilizado posteriormente nesse trabalho com objetivo de analisar a consistência ideológica e a dos partidos nas coligações municipais de Itaquí entre 2000 e 2012.

Outros índices foram criados como o de Schmitt (1999), porém será utilizado o de Miguel e Machado (2007) pois segundo Peixoto (2010, p. 282): “o índice de viés ideológico (IVI), proposto por Miguel e Machado (2007), representa, sem sombra de dúvida, um avanço considerável (...)”.

Em relação, porém, ao desempenho dos partidos nas eleições quando formam coligações, tanto Silva (2010) quanto Dantas (2009) e Carreirão e Nascimento (2012) afirmam que os partidos que possuem coligações formadas tendem a obter um sucesso muito maior nas eleições do que os partidos que concorrem sozinhos. Ainda Dantas (2009, p. 4) apresenta os seguintes dados:

Se em 2000, três partidos conquistaram 30% ou mais das cadeiras de prefeito que disputavam com candidaturas sem alianças, em 2004 apenas o PMDB ultrapassou tal índice, e em 2008 nenhuma legenda atingiu esse percentual de sucesso. (...) No caso das disputas isoladas (sem alianças), é possível verificar contínuo decréscimo – sobretudo porque os partidos aumentam suas capilaridades municipais, estando presentes em mais cidades a cada ano e praticamente forçando a existência de acordos, tendo em vista a verificada bipolarização das disputadas, teoricamente explicada por Duverger.

Ainda em Dantas (2009, p.2) o autor apresenta alguns dados sobre o desempenho das coligações nas eleições:

Em 2000, foram lançados 15.032 candidatos às prefeituras de 5.560 cidades. Desses, 73,7% foram apresentados por algum tipo de aliança entre duas ou mais legendas. Em 2004, o número de candidatos subiu para 15.720 em 5.564 cidades, sendo que desse total 80,4% foram lançados sob o formato de coligações. Em 2008, o total de candidaturas atingiu 15.163 em 5.564 municípios (...). Desse total de candidatos, 84,4% se lançaram em candidaturas resultantes de acordos formais entre legendas.

Outro aspecto interessante das coligações é que, segundo Nicolau (2004) os partidos pequenos, quando coligados, tendem a apresentar um número reduzido de candidatos a fim de não espalhar os votos do partido entre seus candidatos e concentrá-los em apenas um ou poucos deles para que este(s) tenham uma votação expressiva e tenha(m) mais possibilidade de eleger(em)-se.

Sobre isso Dantas e Praça (2010, p. 189) explica que “os pequenos partidos, em época de eleição, aproximam-se dos grandes com intuito de buscar visibilidade e garantir algum tipo de vantagem”. Além do mais, o autor ainda sustenta que os partidos pequenos, em sua maior parte, não se coligam com outros partidos pequenos pois preferem se unir a partidos grandes que tenham mais chances de vencer as eleições.

Isso acaba tornando, segundo o mesmo autor, os partidos pequenos dependentes dos grandes partidos para obter êxito eleitoral afirmando: “quão expressiva é a dependência em relação aos grandes partidos, corroborando o argumento bastante difundido na Ciência Política que indica interesse dos pequenos na obtenção de visibilidade no campo político.” (DANTAS, 2010, p. 198)

Todos esses fatores que influenciam os partidos na decisão de formarem as coligações e que também acabam tendo ligação com o desempenho destas serão estudados por esse trabalho ao longo dos próximos capítulos com intuito de entender o comportamento eleitoral das coligações municipais de Itaqui durante os pleitos de 2000,

2004, 2008 e 2012. Esse estudo terá como base todos os autores e teorias citadas nesse capítulo e outros que aparecerão ao longo do trabalho.

Dantas e Praça (2004) iniciaram seu trabalho intitulado “Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000” com uma epígrafe de Rossiter (1960) que servirá de conclusão desse capítulo teórico e ao mesmo tempo uma ponte de ligação entre este e os próximos capítulos deste trabalho: “Muitas vezes o estudo de atores periféricos do campo político revela mais sobre o sistema do que o estudo dos atores principais” (ROSSITER, 1960, apud DANTAS E PRAÇA, 2010, p. 181)

2

A dinâmica da formação das coligações em Itaqui e sua influência nos resultados eleitorais

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as coligações municipais que ocorreram nas eleições em Itaqui entre 2000 e 2012, ou seja, englobando quatro pleitos, sendo eles 2000, 2004, 2008 e 2012.

Na primeira parte serão analisadas as coligações majoritárias, na segunda parte as coligações proporcionais e na terceira parte será feito uma comparação entre as coligações proporcionais e majoritárias, dando assim uma visão mais ampla das eleições.

Serão verificadas se estas possuem consistência ideológica, durabilidade. Será analisado também se as coligações na quais os partidos pequenos participam seguem a mesma lógica da literatura da Ciência Política ao afirmar que estes partidos tendem a ligarem-se com partidos grandes afim de obterem mais vantagens eleitorais. Será testada também a hipótese de que quanto maior a magnitude do distrito eleitoral, maior chance tem os partidos pequenos de se elegerem.

2.1 As eleições e coligações majoritárias em Itaqui.

As coligações majoritárias municipais são formadas por partidos que unem-se entre si com objetivo de apresentar uma chapa para concorrer as eleições para prefeito.

Em Itaqui houve doze partidos políticos que concorreram as quatro eleições entre 2000 e 2012, sendo que destes, onze apoiaram candidaturas ao executivo e sete partidos apresentaram candidaturas a prefeito.

Houve, nesses quatro pleitos, treze candidaturas ao executivo sendo que destas candidaturas, oito estiveram em coligações, ou seja, a maioria das candidaturas que se apresentaram durante esse período foram formadas por alianças partidárias, mostrando assim uma forte presença das coligações nas eleições municipais em Itaqui

A partir desses dados recolhidos junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Juízo da 24ª Zona Eleitoral de Itaqui, pôde-se criar um quadro de coligações afim de se analisar melhor a dinâmica de coligações nesses quatro pleitos.

Esse quadro segue o modelo apresentado por Silva (2014) em sua dissertação de mestrado na qual analisa coligações a nível nacional nos pleitos de 1994 a 2010. Ela tem como finalidade apresentar o número de coligações que houve em cada pleito ao lado do número de candidaturas avulsas, juntamente com respectivos partidos, dando uma visão melhor de como se operou a dinâmica da formação das coligações durante o período.

Quadro 1 – Perfil dos candidatos ao Executivo em Itaqui (2000 – 2012)

Ano	Coligação/Partido	
2000	2 coligações	PDT-PTB PSDB – PPB – PFL
	2 candidaturas avulsas	PMDB PSB
2004	1 coligação	PDT –PT-PPS-PFL- PSB- PSDB
	2 candidaturas avulsas	PTB PMDB
2008	3 coligações	PMDB – PT PDT – PSB – PSDB – DEM – PPS – PR PP – PTB
	0 candidaturas avulsas	-
2012	2 coligações	PDT-PSB-PRB-PSDB-PPS-PTB PMDB-PP
	1 candidatura avulsa	PT

Fonte: TSE e 24ª Zona Eleitoral de Itaqui

É interessante notar que não há uma lógica partidária e nem uma continuidade temporal nas coligações, sendo que nenhuma se repete de um ano para outro. Isso demonstra que as coligações desse período não possuem durabilidade temporal.

Segundo estudo publicado por Peixoto (2010), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, é o partido brasileiro que mais participou de coligações municipais entre 2000 e 2008. O autor explica esse fato afirmando que este é o partido mais presente nos municípios brasileiros.

No nosso caso, porém, o PMDB é um partido que participa pouco em coligações, estando coligado em apenas dois dos quatro pleitos estudados nesse trabalho. Além disso, participou sempre de coligações discretas, coligando-se apenas com dois partidos, um pequeno, o Partido dos Trabalhadores, PT, e outro grande, o Partido Progressista, PP.

O Partido Democrático Trabalhista, PDT, é o partido que mais esteve coligado nas eleições municipais itaquenses. Dos quatro pleitos em que tiveram candidatos com coligações, o PDT esteve coligado em todos, sendo que no total o partido coligou-se com nove partidos, sendo assim, também o que teve mais coligações com outros partidos.

Algo interessante a se observar são os partidos que compuseram as coligações do PDT durante o período estudado. Em 2000 o PDT coligou-se apenas com o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, no pleito seguinte, porém, estava coligado com 5 partidos, mantendo o número de partidos coligados durante os próximos pleitos, mudando apenas as siglas. Dos nove partidos os quais o PDT se coligou, apenas três permaneceram na coligação, durante o período. São eles: Partido Popular Socialista, PPS, o Partido Socialista Brasileiro, PSB e o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

O ano de 2004 foi o único ano em que o número de candidaturas avulsas superou o número de coligações, e, com isso, houve uma grande diferença de votos entre o primeiro, e os segundo e terceiro colocados no pleito. O PDT, partido que lançou candidato com coligação, fez 11.477 votos contra 9.095 do PMDB, que ficou em segundo lugar e 583 do PTB que ficou em terceiro lugar. Com isso o PDT fez mais de 50% dos votos, sendo o único pleito do período em que isso ocorreu, mostrando assim a força eleitoral que as coligações possuem.

Algo interessante a notar é a polarização eleitoral em torno desses dois partidos, PDT e PMDB. São dois partidos grandes e que nunca se coligaram entre si. Em todos os pleitos analisados, tanto PDT quanto PMDB lançaram candidaturas próprias e estiveram entre os mais votados, elegendo-se duas vezes cada, como pode-se notar na Quadro 2. Em torno dele giram candidaturas aleatórias a qual chamaremos de “candidaturas satélites”, pois “orbitam” em torno dessa polarização.

Isso confirma o que Dantas (2009, p.01) aponta sobre a polarização das eleições em apenas um turno.

A utilização de coligações em eleições majoritárias municipais no Brasil pode ser justificada por pensamento de Maurice Duverger. Afirmo o teórico

que sistemas majoritários de turno único tendem à reprodução de disputas bipolares.

Nenhuma dessas candidaturas satélites conseguiram eleger algum candidato nesse período, sendo PMDB e PDT sempre os vencedores. A única vez em que um partido superou um desses partidos no número de votos, foi em 2008, quando PP, concorrendo com Jarbas Martini, fez 7.176 votos, contra 4.243 de Paulo Ziembowicz do PMDB, ficando o PP em segundo lugar na eleição e o PMDB em terceiro.

Pode-se notar que, exceto na eleição de 2000, em que houve um candidato forte e de grande popularidade concorrendo (Silas Goulart – PMDB), em todas as outras vezes em que houve coligações, os candidatos que venceram pertenciam a alguma aliança partidária. Isso tende a demonstrar a influência que as coligações exercem no resultado das eleições, principalmente quando não se tem um candidato forte e de grande popularidade.

Quadro 2 – Candidatos a prefeito vencedores e suas legendas em Itaqui (2000 – 2008)

Ano	Candidato	Legenda
2000	José Silas Dubal Goulart	PMDB
2004	Bruno da Silva Contursi	PDT –PT-PPS-PFL- PSB- PSDB
2008	Gil Marques Filho	PDT – PSB – PSDB – DEM – PPS – PR
2012	Jarbas Martini*	PMDB-PP

Fonte: TSE

Isso comprova uma hipótese apresentada por Figueiredo (apud PEIXOTO, 2010, p.208), a qual chamou de “Lei de ferro da competição eleitoral”, que afirma que:

A probabilidade de formação de alianças eleitorais é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores. Esta é definida pelas regras que regulam a eleição. Tais regras podem aumentar ou diminuir as chances eleitorais de cada um dos competidores.

Nesse caso, tendo o PMDB poderia ter calculado que seria mais viável concorrer sozinho em 2000 pois o seu candidato, Silas Goulart, possuía uma grande popularidade, e isso confirmou-se ao conseguir eleger o seu candidato com 950 votos de diferença do segundo colocado, Bruno Contursi, da coligação PDT-PTB. Esse tipo de vantagem eleitoral garante ao PMDB participação única em seu governo, não tendo que dividir com outros partidos os cargos e outros recursos de poder.

Esse cálculo, porém, não se confirmou na eleição de 2004, tendo o PMDB novamente apostado em uma candidatura única e seu candidato, Moggar Beheregaray Silva, perdido por uma diferença de 2.382, para o candidato Bruno Contursi, da

Quadro 3 – Votação dos candidatos e suas legendas

Ano	Candidato	Legenda	Número de votos válidos	Porcentagem de votos válidos
2000	José Silas Dubal Goulart	PMDB	7.541	35,81%
	Bruno da Silva Contursi	PDT-PTB	6.591	31,30%
	Lauro Luiz Hendges	PSDB – PPB - PFL	4.373	20,77%
	Mário Sander Bruck	PSB	2.552	12,12%
2004	Bruno da Silva Contursi	PDT –PT-PPS- PFL-PSB- PSDB	11.477	54,25%
	Moggar Beheregaray Silva	PMDB	9.095	42,99%
	Cleucir Pereira da Silva	PTB	583	2,76%
2008	Gil Marques Filho	PDT-PSB-PSDB- DEM-PPS-PR	9.940	46,54%
	Jarbas da Silva Martini	PP- PTB	7.176	33,60%
	Paulo Tarcisio Ziembowicz	PMDB-PT	4.243	19,86%
2012	Jarbas da Silva Martini	PMDB-PP	10.394	47%
	Gil Marques Filho	PDT-PSB-PRB- PSDB-PPS-PTB	6.968	31%
	Ricardo Howes Carpes	PT	4.004	18%

Fonte: TSE e Jornal Folha de Itaquí

coligação PDT-PTB.

Pode-se notar que o PDT só venceu quando coligou-se com mais de um partido. As coligações grandes deram mais visibilidade e força ao partido que, só então, conseguiu eleger um candidato.

Isso não aconteceu, porém, em 2012 pois havia uma grande resistência do eleitorado ao governo PDT, o que elegeu, então o PP (que estava coligado com opositor principal do PDT, o PMDB). Essa resistência pode ser confirmada analisando a porcentagem da votação que o candidato do PP, Jarbas Martini teve, de 47%, mais a porcentagem que o candidato do PT, Ricardo Carpes, teve, 18%, somando 65% de rejeição ao então prefeito Gil Marques Filho, que buscava reeleição.

O PMDB, que desde 2000 não ganhava uma eleição, só conseguiu eleger-se novamente quando se coligou com o PP e deixando de encabeçar a chapa da eleição majoritária. Em 2004 ficou em segundo lugar e em 2008 em terceiro, mostra que durante o tempo em que esse partido não esteve no poder, fez perder uma grande quantidade de eleitores. Isso confirma o segundo efeito dos partidos sub-representados apresentado por Duverger (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 76), que é o efeito psicológico, que diz as pessoas deixariam de votar nesses partidos (pequenos ou sub-representados) durante as eleições pois consideram um desperdício votar em partidos que não conseguem se eleger, isso geraria um efeito de diminuição gradativa de votos, a menos que algo incomum interrompa esse ciclo.

Esse efeito é resultado posterior do primeiro efeito dos partidos sub-representados, que é o efeito mecânico, que diz que os partidos que possuem representação no governo podem realizar obras, projetos e outras ações que são apresentadas durante a campanha eleitoral tendo vantagem sobre os partidos que não possuem representação no governo.

Um aspecto interessante a se notar é o aumento de partidos em Itaqui ao longo do período. Na eleição de 2000 apenas sete partidos apoiaram candidaturas ao executivo, no pleito posterior, 2004, houve oito partidos apoiando candidaturas ao executivo, em 2008 houve dez partidos e em 2012 houve nove, ou seja, durante esse período o número de partidos que apoiaram candidaturas aumentou, apenas em 2012 houve a diminuição de um partido.

Para entender a dinâmica de como os partidos de grande, médio e pequeno porte se coligaram nessas eleições, é necessário, primeiramente, classifica-los. Com esse fim, será usado um critério simples de classificação quanto ao tamanho do partido, tendo como base o número de cadeiras que estes ocupam no Legislativo. Os partidos que não possuem cadeiras no Legislativo serão considerados partidos pequenos; os que possuem 1 (uma) cadeira serão considerados partidos de médio porte e os que possuem 2 (duas) ou mais, serão considerados partidos grandes.

Essa classificação levará em conta os partidos durante os anos em que concorreram, podendo o partido mudar seu tamanho durante o período.

Serão classificados os partidos que concorreram os pleitos de 1996 a 2008, afim de que se possa ver o tamanho que os partidos possuíam na época das eleições e que formaram as coligações, ou não, para esses pleitos.

Em 1996, haviam quatro partidos classificados como grande, o PMDB, PDT, PTB e PPB. Um partido classificado como médio, o PSB e dois pequenos, o Partido da Frente Liberal, PFL e PT.

Em 2000 apenas o PMDB e o PDT obtiveram mais que uma cadeira no Legislativo, ambos tiveram três cadeiras cada um, sendo então classificados como partidos grandes. PTB, PSDB e PSB, ambos tiveram apenas um representante na Câmara de Vereadores, sendo classificados, portanto, como partidos médios. Os outros partidos que apoiaram candidatos, o Partido Progressista Brasileiro, PPB e PFL, por não obterem nenhuma cadeira no Legislativo, serão classificados como partidos pequenos.

Em 2004 o número de partidos grandes diminuiu para dois e aumentou em 2008 para quatro, porém. Em 2004, porém, haviam dois partidos médios, já em 2008 não existiam.

Essa mudança de um ano para o outro no tamanho dos partidos se dá pelo fato de considerarmos apenas a presença no Legislativo como fator para classificação do partido como pequeno, médio e grande, pois sua presença no legislativo está atrelada aos fatores que vimos anteriormente dos efeitos eleitorais apresentado por Duverger (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 76), que os partidos que estão no poder causam no eleitorado.

Quadro 4 – Classificação do tamanho dos partidos que apoiaram candidaturas a prefeito em Itaquí (1996– 2012)

Partido/Ano	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	Grande	Grande	Grande	Grande	Grande
PDT	Grande	Grande	Grande	Grande	Grande
PTB	Grande	Médio	Pequeno	Pequeno	Médio
PSDB	Pequeno	Médio	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PPB/PP	Grande	Médio	Médio	Grande	Grande
PSB	Médio	Médio	Médio	Grande	Grande
PPS	-	-	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PFL/DEM	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PR	-	-	-	Pequeno	-

PT	Pequeno	-	Pequeno	Pequeno	Médio
PRB	-	-	-	-	Pequeno

Fonte: TSE e elaboração própria.

O fato de classificar o tamanho do partido pela presença no Legislativo, faz com que a variável Tamanho (T) seja afetada pela variável Magnitude (M). Sendo que em 1996 e 2000, a Magnitude (M), ou seja, a quantidade de vagas disponíveis para o Legislativo era de treze, esse número diminuiu em 2004 para nove, fazendo com que fossem retiradas quatro cadeiras no Legislativo, diminuindo assim a presença dos partidos na Câmara de Vereadores.

O PTB que em 1996 era um partido grande, em 2000 coligou-se com o PDT que também era um partido grande, mas perdeu sua influência no legislativo, tornando-se então um partido médio, por possuir apenas um representante na Câmara de Vereadores. Em 2004, o partido deixou a coligação com o PDT e lançou candidatura própria, isso fez com que perdesse ainda mais o seu tamanho, passando a ser um partido pequeno por não possuir representantes nem no Legislativo e nem no Executivo. Em 2008, coligou-se com o PP, que até então era um partido médio mas que não estava presente em nenhuma coligação. O PP aumentou sua influência tornando-se um partido grande mas o PTB permaneceu como partido pequeno. Isso demonstra a importância do PTB, que ao longo do período (1996 – 2008) passou a maior parte dos pleitos como partido pequeno, coligar-se com um partido grande para obter vantagem eleitoral, o que é demonstrado na eleição de 2012 quando PTB coliga-se com o PDT e consegue, por fim, eleger um vereador, o Emerson Ramos, voltando assim a crescer politicamente, tornando-se um partido de porte médio.

Como referido anteriormente, PMDB e PDT são partidos opositores históricos, criando uma espécie de polarização nas disputas entre os dois. Ambos também são os maiores partidos da disputa, ou seja, em todos os pleitos PMDB e PDT tiveram representatividade no Legislativo superando o número de um representante por legislatura.

PDT, porém, só conseguiu eleger-se quando se coligou com mais de um partido. A primeira vitória foi em 2004, quando esteve coligado com cinco partidos, sendo eles PT, PPS, PFL, PSB e PSDB. Desses partidos, PSDB e PFL haviam lançado candidatura em aliança em 2000 juntamente com PPB, que não faz parte da aliança em 2004. O PSB que havia perdido uma eleição com candidatura própria em 2000 obteve

vantagem eleitoral em 2004 tendo ganhado o cargo de vice-prefeito, com o filiado Mario Bruck que foi vice do pedetista Bruno Contursi.

Outros partidos que se coligaram com PDT, que são o PPS e o PT, não haviam apoiado nenhum candidato a prefeito em 2000 e também não haviam conseguido vaga no legislativo, puderam então contar com a vantagem eleitoral de ter apoiado uma chapa vencedora.

O PMDB que em 1996 era grande e estava na base governista sozinho, continuou isolado na eleição de 2000 e concorreu a reeleição com o candidato Silas Goulart e venceu, seguindo a lógica de que quanto maior a chance do partido eleger-se, menor a chance de formar uma aliança.

Essa lógica permaneceu na dinâmica de formação de coligação do PMDB quando em 2004 mais uma vez, calculando possuir vantagem eleitoral e não sendo necessária a formação de uma coligação, lançou uma candidatura isolada, com Moggar Beheregaray Silva. Esse ano, porém, por não ter o apelo popular que tinha o até então prefeito de Itaqui, do mesmo partido, Silas Goulart, o PMDB acabou perdendo a eleição para o PDT que pela primeira vez criou uma coligação com mais de um partido.

Em 2008, percebendo que não possuía a mesma vantagem eleitoral passada e que havia necessidade de criar uma coligação, o PMDB coligou-se com o PT lançando assim a candidatura de Paulo Tarcisio Ziembowicz, mas mais uma vez perdendo a eleição para o PDT que seguia a sua lógica vitoriosa de uma aliança com inúmeros participantes.

O PMDB só venceu uma eleição novamente em 2012 quando coligou-se com o PP. O partido, porém, teve como representante na chapa um vice-prefeito, Sérgio Motta, deixando com que o PP apresentasse o candidato a prefeito, Jarbas Martini.

Outro ponto a se observar é o fato de que geralmente quando um partido lança candidatura própria, com exceção do PMDB, este acaba sempre ficando em último lugar, como é, por exemplo, o caso do PSB em 2000, PTB em 2004 e PT em 2012. Isso mostra o quanto é difícil um partido conseguir eleger um candidato em Itaqui se não tiver unido em uma coligação.

O PSB e o PT só conseguiram uma vitória quando estiveram coligados com o PDT em 2004. Em 2008 o PT coligou-se com o PMDB e o PSB manteve-se com o PDT, vencendo novamente a eleição. Algo interessante a notar nisso é que a coligação de 2008, PT-PMDB, era formado por um partido pequeno (PT) e um partido grande (PMDB), já a coligação em que o PSB estava, o Partido Democrático Trabalhista

(PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Democratas (DEM), o Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido Republicano (PR), possuía dois partidos com representatividade na Câmara, o PDT que é um partido grande e o PSB que é um partido médio.

Com isso, podemos observar que, exceto em casos excepcionais como a eleição do Silas Goulart, que era um candidato de grande apreço popular, em todos os outros casos só venceram eleições os partidos que tiveram em suas coligações mais de um partido que tenha representação na Câmara.

A partir desses dados, pode-se criar mais uma forma de classificar as coligações, que é quanto à força de representatividade. Tendo como critério o tamanho do partido, podemos classificar uma coligação que tenha apenas partidos pequenos como coligação fraca; com até um partido médio e/ou um partido grande como coligação média e as coligações com mais de um partido grande como coligação forte. Nesse caso é possível criar outro quadro classificando as coligações eleitorais que ocorreram no período estudado podendo assim entender melhor a influência que a força da coligação tem no resultado eleitoral.

Quadro 5 – Força das coligações eleitorais majoritárias em Itaqui (2000-2012)

Ano	Coligação	Força
2000	PDT-PTB	Forte
	PSDB – PPB - PFL	Média
2004	PDT –PT-PPS-PFL- PSB- PSDB	Média
2008	PDT-PSB-PSDB-DEM-PPS-PR	Média
	PP- PTB	Média
	PMDB-PT	Média
2012	PMDB-PP	Forte
	PDT-PSB-PRB-PSDB-PPS-PTB	Forte

Fonte: TSE e elaboração própria.

Analisando então a Quadro 5 que mostra a força das coligações e comparando com a Quadro 3, é possível então confirmar uma hipótese bastante comum na literatura especializada e que é apresentada por Dantas e Praça (2004, pg. 189) que diz que uma “interpretação corrente na Ciência Política sustenta que os pequenos partidos, em época de eleição, aproximam-se dos grandes com intuito de buscar visibilidade e garantir algum tipo de vantagem.”

Essa sustentação pode ser confirmada, por exemplo, observando-se a Quadro 5 e notando que não há nenhuma coligação fraca, ou seja, não houve coligação ao Executivo formada apenas por partidos pequenos.

Esse fato mostra que os partidos pequenos itaquenses, nesse período, buscam obter vantagens eleitorais coligando-se com outros partidos. Mais adiante veremos se esse tipo de coligação acabou beneficiando candidatos dos partidos pequenos e/ou médios a obterem cadeiras no legislativo.

Pode-se notar, por exemplo, que em todas as coligações em que o PDT se encontra depois de 2000 há sempre um grande número de partidos pequenos associados a ele. Partidos como, por exemplo, o PTB que só voltou a crescer quando se coligou novamente com o PDT em 2012.

O PMDB, por outro lado, sempre buscou coligações mais discretas, talvez influenciadas pelo fato de ser um partido grande e ter conseguido grandes vitórias sem coligações em 1992 e 1996.

Esse, porém, foi o erro fatal do partido e a causa deste ter ficado fora do executivo por quatro anos, que como já foi dito antes, só conseguiu vencer uma eleição ao coligar-se com o PP e criar, então, uma coligação forte.

Pelo fato, porém, de ter uma fragmentação partidária grande em Itaquí e tendo aumentado gradativamente o número de partidos que apoiaram candidaturas a prefeito em Itaquí, muitas coligações foram feitas sem seguir qualquer consistência ideológica partidária, como foi falado anteriormente, afinal se pautam apenas por uma única regra, que é a da polarização da disputa entre PMDB e PDT.

Um aspecto interessante a ser estudado, portanto, para entender a lógica de formação das coligações é se elas seguem um padrão ideológico e se possuem consistência ideológica.

Vários autores da Ciência Política criaram padrões e formas de analisar esses atributos das coligações, mas nesse trabalho as coligações serão analisadas de modo simples. Se forem formadas apenas por partidos de esquerda ou de direita, serão classificadas como **coligações consistentes**, se forem formadas por partidos de esquerda ou direita junto com partidos de centro, serão classificadas como **coligações semi-consistentes**, e se forem formadas por partidos de esquerda e direita, tendo partidos de centro ou não, coligados, serão classificadas como **coligações inconsistentes**.

Esse modo de classificação segue o padrão apresentado por Schimitt (1999, apud Peixoto, 2010) em sua tese de doutorado.

Para realizar essa classificação, no entanto, é necessário classificar os partidos conforme seu posicionamento no espectro político em esquerda, centro e direita.

Para esse fim, será utilizada a classificação ideológica partidária proposta por Rodrigues (apud Madeira e Tarouco, 2013, p. 150) na qual serão classificados neste trabalho somente os partidos que apoiaram candidaturas para prefeito no período de 2000 a 2012 em Itaquí.

No entanto, o Democratas, DEM, Partido Republicano Brasileiro, PRB e o Partido da República, PR não apareceram na classificação feita por Rodrigues (apud Madeira e Tarouco, 2013, p. 150), mas foram classificados nesse trabalho quanto ao seu partido de origem, o DEM que veio do PFL e PR e PRB que vieram do PL e PRONA, todos estes classificados como partidos de direita.

Para obter uma melhor visualização da classificação dos partidos quanto seu posicionamento ideológico, foi criada a Quadro 6 que é apresentada a seguir.

Quadro 6 – Posicionamento Ideológico dos partidos que apoiaram candidatos a prefeito em Itaquí (2000 – 2012)

Partido	Posicionamento Ideológico
PDT	Esquerda
PSB	Esquerda
PPS	Esquerda
PT	Esquerda
PMDB	Centro
PSDB	Centro
PTB	Centro
PPB/PP	Direita
PFL	Direita
DEM	Direita
PR	Direita
PRB	Direita

Como pode-se perceber, não há um equilíbrio entre o número de partidos quanto ao posicionamento ideológico participando das eleições itaquenses nesses quatro anos estudados. Dos partidos que apoiaram candidatos a prefeitura, três são de centro, quatro de esquerda e cinco de direita. Há uma preponderância, ainda que pouco significativa, dos partidos de direita.

Essa preponderância, é claro, se dá num nível geral. Ao observar-se ano por ano, pode-se perceber que nem sempre é assim, como é o caso das eleições de 2000 onde haviam somente dois partidos de direita, PFL e PPB concorrendo contra também dois de esquerda e três de centro.

Em 2004 o número de partidos aumenta e conseqüentemente a proporcionalidade de partidos quanto ao posicionamento ideológico. São três de centro, quatro de esquerda e dois de direita. Uma grande diferença ao notar-se que há o dobro de partidos de esquerda concorrendo com partidos de direita nessa eleição.

Em 2008 o número de partidos de centro e de esquerda continua o mesmo, só aumenta o número de partidos de direita com a participação do PR – que apenas esteve presente nesse pleito.

Em 2012 a situação continua a mesma de 2008, três partidos de centro, quatro de esquerda e três de direita, com exceção de que o PR não está participando e o PRB ingressou na política itaquense nesse pleito. Mas como ambos são partidos de direita, o número de partidos com esse posicionamento político não mudou.

Em 2000 houve duas coligações, PDT-PTB e PSDB – PPB – PFL e dessas duas, a primeira é formada por um partido de esquerda (PDT) e outro de centro (PTB), logo, é uma coligação semi-consistente. Deve ser levado em conta, porém, que ambos são partidos trabalhistas e possuem história conjunta e portanto, apesar de serem classificados como coligação semi-consistente devido ao seu posicionamento ideológico, essa é uma coligação trabalhista e consistente conforme seu plano de ação político, que é o trabalhismo.

A segunda coligação de 2000, PSDB-PPB-FL é também uma coligação semi-consistente, formada por um partido de centro (PSDB) e dois partidos de direita (PPB e PFL).

Em 2004 há somente uma coligação, PDT –PT-PPS-PFL- PSB- PSDB. Essa é uma coligação inconsistente, pois é formada por três partidos de esquerda (PDT, PT e PSB), dois de direita (PFL e PPS) e um de centro (PSDB).

O ano de 2008 foi o único ano em que todas as chapas que apresentaram candidatos a prefeito foram formadas por partidos coligados. Houve três coligações, sendo elas PDT-PSB-PSDB-DEM-PPS-PR, PP- PTB e PMDB-PT. Sendo as primeira inconsistente e as duas últimas semi-consistentes.

A primeira coligação é formada por três partidos de esquerda (PDT, PSB e PPS), dois de direita (PR e DEM) e um de centro (PSDB). A segunda coligação é

formada por um partido de direita e um de centro. A terceira é formada por um partido de centro (PMDB) e um de esquerda (PT). Por isso foram classificadas como mostrado anteriormente.

O ano de 2012 tem duas coligações, sendo elas PMDB-PP e PDT-PSB-PRB-PSDB-PPS-PTB. A primeira que é formada por um partido de centro (PMDB) e um de direita (PP) é uma coligação semi-consistente e a segunda formada por três partidos de esquerda (PDT, PSB e PPS), um partido de direita (PRB) e um partido de centro (PTB).

A partir desses dados é possível criar mais um quadro a fim de alocar melhor as classificações e fazer uma melhor observação dos resultados obtidos por ela.

Quadro 7 – Classificação de consistência ideológica das coligações majoritárias em Itaqui (2000 – 2012)

Coligação	Consistência Ideológica
PDT-PTB	Semi-Consistente
PSDB – PPB - PFL	Semi-Consistente
PDT-PT-PPS-PFL-PSB- PSDB	Inconsistente
PDT-PSB-PSDB-DEM-PPS-PR	Inconsistente
PP- PTB	Semi-Consistente
PMDB-PT	Semi-Consistente
PMDB-PP	Semi-Consistente
PDT-PSB-PRB-PSDB-PPS-PTB	Inconsistente
Fonte: TSE e elaboração própria	

Pode-se perceber que em nenhum ano houve uma coligação consistente nas eleições municipais de 2000 a 2012 em Itaqui para prefeito. Há, porém, uma preponderância das coligações semi-consistentes sendo que elas são em cinco contra apenas três coligações inconsistentes, ou seja, a maioria das coligações foram semi-consistentes.

Nas duas únicas coligações na qual o PMDB se coligou ambas foram semi-consistentes, na primeira coligou-se com PP (direita) e na segunda com PT (esquerda), nisso pode-se notar que o PMDB não se coliga com partido de centro em Itaqui.

O PDT, por outro lado, das quatro coligações presentes, três foram inconsistentes, ou seja, na maioria das coligou-se com um ou mais partidos de direita ignorando as diferenças ideológicas destes.

Dessa forma é possível confirmar as teorias comuns na Ciência Política de que os partidos ignoram a ideologia e coligam-se entre si apenas buscando as vantagens eleitorais.

Soares (1964, apud Peixoto 2010) aponta o que chama de “*teoria da economia de esforços*” que afirma que “os partidos são atores racionais que agem de forma a maximizar o desempenho eleitoral e são influenciados pelos incentivos e restrições institucionais”, ou seja, os partidos sempre buscam aumentar as vantagens eleitorais e não necessariamente buscar formar coligações concisas ideologicamente.

Isso se dá, por entre outros fatores, pelo fato de haver uma disputa polarizada entre PMDB e PDT.

Para obter vantagem eleitoral os outros partidos precisam estar em coligados com algum desses dois partidos. Algumas vezes esses outros partidos são de centro ou de direita, ou seja, não importa qual é o posicionamento ideológico do partido, para garantir sua sobrevivência eleitoral é necessário abrir mão desse aspecto e coligar-se com um dos dois partidos da polarização eleitoral de Itaqui, o PMDB, que é de centro, ou o PDT, que é de esquerda.

2.2 As eleições e coligações proporcionais em Itaqui.

As eleições proporcionais municipais são as que buscam eleger vereadores para o mandato de quatro anos. Em Itaqui houve onze partidos lançando candidaturas a vereador e oito coligações entre 2000 e 2012.

Nas eleições de 2000 houve apenas uma coligação sem nome na qual estavam unidos o PFL e PSDB. Já no ano de 2004 foram registradas duas coligações, uma chamada “União por Itaqui”, na qual participaram PDT, PSDB, PPS e PFL; e outra sem nome na qual participaram PT e PSB

Quadro 8 – Coligações nas eleições proporcionais em Itaqui (2000-2012)

Em 2008 houve quatro coligações para as eleições proporcionais em Itaqui, foram estas a coligação “Itaqui do desenvolvimento”, formada pelo PR e PSB; “Por um novo Itaqui”, formada pelo PP e PTB; “Pra frente Itaqui”, formada pelo PDT, PSDB e PPS; e “Um novo caminho” formada pelo PMDB e PT.

Em 2012 houve apenas uma coligação chamada “Itaqui mais feliz” na qual participaram o PRB, PDT, PSDB e PPS.

Ano	Coligação
2000	PSDB – PFL
2004	PDT – PSDB – PPS – PFL PT – PSB
2008	PP – PTB PDT – PSDB – PPS PMDB – PT PR – PSB
2012	PRB / PDT / PPS / PSDB

Fonte: TRE

Algo interessante a se notar é o aumento de coligações no ano de 2004, justamente o ano em que a Magnitude (M) diminuiu de treze para nove. Isso mostra a existência de uma lógica eleitoral que dá importância às coligações no tamanho da magnitude eleitoral.

Isso vai de encontro com a ideia de que quanto maior a magnitude do distrito eleitoral, mais chances os partidos tem de ganhar.

Nesse caso, como diminuiu a Magnitude (M) do distrito eleitoral, os partidos possuíram menos chance de se coligar e por isso coligaram-se, seguindo outra lógica já apresentada nesse trabalho de que quanto maior a chance de se eleger, menores são as chances de se coligarem.

Isso se confirma quando em 2012 aumenta a magnitude em duas cadeiras, passando assim de nove para onze, passando assim nessa eleição possuir apenas uma coligação.

Pode-se perceber que ao contrário do PDT que esteve coligado em três dos quatro anos estudados, o PMDB esteve presente apenas em um pleito, o de 2008, ano este em que participou pela primeira vez em uma coligação nas eleições majoritárias, como já foi mostrado nesse trabalho.

Algo interessante a se notar é que o PDT nunca se coligou com um partido médio ou grande, apenas esteve junto a partidos pequenos. Isso demonstra que os partidos médios e grandes, ou seja, aqueles que possuem pelo menos um vereador eleito não buscam coligações para concorrer no legislativo durante o período eleitoral.

Isso se deve pelo fato de buscar preservar a legenda de votos de partidos estranhos devido às regras eleitorais a das eleições proporcionais. Nicolau (2004, p. 54) explica o que acontece com os votos da legenda do partido quando há coligação:

Ao votar na legenda, tal como ocorre no Brasil, produz um resultado curioso. Ao votar na legenda, quando o partido de sua preferência está coligado, o eleitor não garante que seu voto ajude a eleger especificamente um nome do

seu partido. Na prática, esse voto é contabilizado apenas para definir o total de cadeiras obtido pela coligação.

Os partidos médios e grandes, ao perceberem a sua capacidade de eleger um ou mais candidatos, evitam dispersar seus votos em legendas coligadas guardando-os apenas para seus partidos, fazendo assim com que haja possibilidade de elegerem candidatos.

Como o sistema eleitoral proporcional, não garante que necessariamente o candidato mais votado será o que vai ocupar a cadeira na Câmara de Vereadores, algumas vezes, devido a forma como se dá o cálculo eleitoral candidatos bem votados acabam perdendo a sua vaga para candidatos com menos votos devido a média eleitoral.

Podemos usar como exemplo um fato ocorrido nas eleições de 2012 na qual a candidata a vereadora Aline Portella Coffi, do PMDB, fez 549 votos, porém o candidato Fábio Molina Vargas, do PT, fez 329 votos, este, porém, acabou ocupando a vaga de vereador devido aos votos na legenda que o PT fez.

Rae (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 75) afirma que: “A proporcionalidade com a qual as cadeiras são alocadas cresce à medida que aumenta a magnitude dos distritos eleitorais: quanto maior for a magnitude, maior será a proporcionalidade (...)”, isso revela que quanto mais candidatos houverem por cada distrito maior será a proporcionalidade de cadeiras em relação aos votos que cada partido recebeu e isso acaba levando a um menor desvio concentrador de cadeiras, ou seja, haverá menos cadeiras nas “mãos” de um só partido.

Para verificar isso é necessário contar quantos partidos venceram as eleições nesses quatro anos e cruzar esses dados com a magnitude do distrito em cada ano eleitoral.

Em 2000, houve cinco partidos vencedores nas eleições proporcionais: PMDB, PDT, PPB, PSB e PSDB. Nesse ano a Magnitude (M) era de treze cadeiras no distrito eleitoral de Itaquí.

Em 2004, quando a Magnitude (M) diminuiu para nove o número de partidos com representação na Câmara caiu para quatro, ou seja, diminuiu a quantidade de partidos com representatividade. São eles, PDT, PSB, PMDB e PP.

Em 2008, a Magnitude (M) nove permanece, e conseqüentemente o número de partidos com representação na Câmara continua o mesmo. Além disso, continuam com cadeiras no Legislativo os mesmos partidos que se elegeram em 2004, PDT, PSB, PMDB e PP.

Em 2012, quando a Magnitude (M) aumenta para onze, aumenta também o número de partidos com representatividade na Câmara de Vereadores. O que em 2008 era quatro partidos com representação na Câmara, em 2012 sobe para seis, são eles PMDB, PSB, PDT, PTB, PP e PT.

Nota-se, por exemplo, que nesses quatro pleitos, Houve quatro partidos que sempre tiveram representantes na Câmara, que são PMDB, PSB, PDT e PP/PPB.

Os outros partidos que também elegeram candidatos, tiveram suas vitórias em pleitos aleatórios como o PSDB em 2000 e PTB e PT em 2012. Partidos esses que por serem pequenos só conseguiram eleger seus representantes quando houve um aumento na Magnitude (M) do distrito eleitoral de Itaqui. Isso então confirma a teoria de Rae (apud LIMA JÚNIOR, 1997, p. 75).

Dantas e Praça (2010, p. 191) afirmam que “a maior parte deles (partidos pequenos) não procura um outro partido pequeno pra compor suas coligações”, isso se comprova ao analisar no caso de Itaqui, as coligações proporcionais, todas elas possuem pelo menos um partido grande ou médio, com exceção de 2000 quando há uma coligação entre dois partidos pequenos, PSDB e PFL que em 1996 não possuíam representantes na Câmara e que em 2000 passaram a ter dois representantes, sendo o vereador Rubin eleito por média com 332 votos e vereador Cerveja eleito com 337 votos.

Algo interessante a se notar é que todos os partidos pequenos que se elegeram durante o aumento da magnitude já apoiaram ou tiveram candidatos a prefeito em alguma época passada.

PSDB que conseguiu dois representantes na Câmara em 2000 já apoiou o candidato Gil Marques na eleição de 1996 na coligação PDT – PFL – PSDB.

O PT elegeu um candidato no mesmo ano em que lançou candidato próprio a prefeitura, em 2012 quando Ricardo Howes Carpes concorreu a eleição majoritária.

O PTB sempre esteve presente nas eleições majoritárias, seja apoiando ou lançando candidatura própria. Em 2004 lançou candidato próprio, Pastor Cleucir, que ficou em terceiro lugar com 583 votos.

Nesses quatro pleitos estudados não houve uma coligação proporcional “perdedora”, todas conseguiram eleger pelo menos um candidato do maior partido da legenda.

Também não houve legenda que conseguiu eleger candidato de mais de um partido diferente. Em todas as coligações sempre houve um partido que conseguiu eleger um candidato, os outros partidos participantes da aliança não elegeram nenhum.

Isso se dá porque a mesma regra que vale para as coligações majoritárias de que os partidos quando percebem que possuem vantagem eleitoral preferem não se coligar, vale também para as coligações majoritárias.

Isso, aliada ao fato de que quanto maior a Magnitude (M), maior a chance de eleger um candidato. E sendo que nas eleições majoritárias a Magnitude (M) é de uma cadeira, ou seja, a vaga de prefeito, e nas eleições proporcionais esse número é muito maior em Itaquí nesse período de quatro pleitos a média da Magnitude foi de dez vagas, logo, menos partidos participaram de coligações proporcionais pois perceberam maiores chances de se eleger.

Como é o caso, por exemplo, do PSB, que nas eleições para prefeito participou de três pleitos (2004, 2008 e 2012), mas de nenhuma nas eleições proporcionais.

O PMDB coligou-se nas eleições proporcionais somente uma vez, em 2008, quando se coligou também no mesmo ano com o PT nas eleições proporcionais e majoritárias.

Ano esse em que o PMDB estava a quatro anos fora do poder, desde que havia perdido as eleições majoritárias de 2004 pro ex-prefeito Bruno Contursi do PDT.

O PMDB havia vencido as eleições de 1996 e 2000 sem coligação nenhuma, como já foi dito anteriormente, devido a alta popularidade do ex-prefeito Silas Dubal Goulart. A derrota de 2004 trouxe um impacto para o partido que o fez perceber a necessidade de coligação, como aconteceu em 2008. Isso, porém, não foi o suficiente pra vencer as eleições.

Em 2000, quando a Magnitude (M) era de treze cadeiras para o legislativo, o PMDB contava com quatro cadeiras, ou seja, 30,8% das cadeiras.

Em 2004, quando a Magnitude (M) caiu para nove, o PMDB ocupou somente duas cadeiras, com os vereadores Sérgio Motta e Magro. Com isso, o PMDB ocupou 22,2% das cadeiras no Legislativo, tendo, portanto, uma redução de 8,6% no número de cadeiras a qual ocupava no Legislativo.

Esse número se manteve em 2008 quando PMDB elegeu mais dois vereadores, Sérgio Motta e Aline Coffi, ocupando duas das nove cadeiras disponíveis no Legislativo para aquele pleito.

Em 2012, quando a Magnitude (M) aumentou para onze, o número de cadeiras do PMDB se manteve a mesma, porém, a porcentagem diminuiu. Com Marcelo Petrini e Luisa Fontela representando o partido no Legislativo, o PMDB agora conta com 18,2%, uma caída de 4% em relação aos dois últimos pleitos e 12,6% em relação ao pleito de 2000, último ano em que o PMDB esteve no poder.

O PDT, por outro lado, mesmo estando fora do poder em 2000, ocupava mais cadeiras que o PMDB, que comandava o Executivo. Das treze cadeiras de vereador, o PDT ocupava cinco, ou seja, 38,4% das cadeiras disponíveis.

Número esse que aumentou em 2004, quando o PDT entrou no poder. Apesar da Magnitude (M) ter diminuído de treze para nove, o partido passou a ter quatro vereadores, ou seja, 44,4% das cadeiras no Legislativo.

Esse percentual diminuiu em 2008 quando o partido passou a ter apenas três vereadores na Câmara, ou seja, 33,3% das cadeiras no Legislativo.

Um fator que contribuiu para a diminuição de cadeiras do PDT foi o aumento de uma cadeira do PP em 2008, quando em 2004 contava apenas com um vereador eleito, o vereador Jarbas Martini, em 2008 o PP pode contar com dois vereadores, Igor Ardais e Marcio Palma.

O PDT, em 2008, reelegeu somente o vereador Éber Escobar. O Vereador Gil Marques Filho, que em 2004 fazia parte da bancada do partido na Câmara elegeu-se vereador neste ano. Os outros dois vereadores que também formaram a bancada do partido em 2004, Hildebrando dos Santos e Daltro Bernardes, não se reelegeram, dando lugar assim, em 2008, a Lauro Hendges e Mara Ayub, vereadora mais votada na ocasião, com 1128 votos.

No ano de 2012, quando o prefeito Gil Marques Filho, do PDT, concorreu a reeleição e perdeu para o candidato Jarbas do PP, a Magnitude (M) das eleições proporcionais aumentou em duas cadeiras, passando de nove para onze.

Nessa ocasião, o PDT reelegeu três vereadores, sendo eles Mara Ayub – que diminuiu sua votação de 1128 votos em 2008 para 592 em 2012 -, Éber Escobar e Lauro Hendges. A porcentagem de representatividade, porém, diminuiu de 33,3% para 27,3%, uma queda de 6%. Isso, porém, devido ao aumento da Magnitude (M), o partido, no entanto, permaneceu com o mesmo número de vereadores que a legislatura passada.

O diferencial das eleições de 2012 é que dois partidos pequenos, PTB e PT, conseguiram eleger candidatos. Vereador Emerson Ramos, do PTB, com 592 votos, e o vereador Fábio Molina, com 329 votos. Com isso PTB e PT conseguiram 11,1% de

representatividade na Câmara, cada um, passando assim a ser partido de tamanho médio.

Nesses quatro pleitos, além do PTB e PT, somente o PSDB, em 2000, conseguiu eleger vereadores para a Câmara, além dos quatro maiores partidos da cidade (PDT, PMDB, PSB e PP/PPB). Em 2000, PSDB, que estava coligado com PFL, elegeu dois vereadores. O vereador cerveja, com 337 votos e o vereador Rubim, com 332 votos, este último eleito por média.

O PSB, como um dos maiores partidos da cidade, também teve um crescimento nesses quatro anos. Em 2000, tinha eleito somente uma candidata, Claudete Bruck, com 424 votos. Com isso, possuía apenas 7,7% de representatividade na Câmara de vereadores.

Em 2004 elegeu, duas candidatas, passando assim a ser um partido grande. Do PSB Claudete Bruck e Gislaine Brum, eleitas com 1026 e 453 votos respectivamente, ocupavam 22,2% das cadeiras do Legislativo. Esse ano o PSB estava na coligação que venceu as eleições majoritárias. Mario Bruck, do PSB era o vice de Bruno Contursi, do PDT.

Esse número manteve-se em 2008 quando novamente a vereadora Gislaine Brum elegeu-se, dessa vez aumentando seus votos para 1026. A sua companheira de bancada, Claude Bruck, foi eleita vice-prefeita juntamente com Gil Marques Filho, do PDT, e então o ex vice-prefeito Mario Bruck concorreu as eleições para vereador pelo PSB e foi eleito com 967 votos.

Em 2012 quando PSB esteve coligado com PDT para as eleições majoritárias e buscavam reeleição, o PSB manteve seu número de vereadores, mas como a Magnitude (M) aumentou para onze, a porcentagem de representatividade do PSB diminuiu para 18,2% tendo uma queda de 4%.

A vereadora Gislaine Brum foi para seu terceiro mandato, com 484 votos. O então membro da bancada do PSB, Mario Bruck, não concorreu a vereador nesse pleito dando espaço assim ao vereador Sandro Veiga, que elegeu-se com 889 votos pelo partido, fazendo, assim, parte da bancada do PSB na legislatura 2012-2016.

O PP, que faz parte também dos quatro maiores partidos da cidade, em 2000, quando ainda era PPB, era ainda um partido de tamanho médio com apenas uma representação na Câmara, o vereador Saul, que foi eleito com 711 votos. Com isso, possuía apenas 7,7% de representatividade na Câmara.

Em 2004, quando já era PP, elegeu também apenas um candidato, o vereador Jarbas Martini, com 1408 votos. Como a Magnitude (M) diminuiu para nove cadeiras, o partido passou a contar com apenas 11,1% de representatividade na Câmara.

Em 2008 o então vereador Jarbas Martini concorreu a prefeito, recebendo 7176 votos ficando em segundo lugar perdendo para Gil Marques Filho, do PDT.

O partido, no entanto, aumentou a sua representatividade na Câmara passando a ter dois vereadores eleitos, Igor Ardais e Marcio Palma, estes eleitos com 928 e 858 votos respectivamente. O partido passou a contar com 22,2% das cadeiras do legislativo.

Em 2012, Jarbas Martini tentou novamente concorrer a prefeito e foi eleito com 10.394 votos, e o partido reelegeu seus dois vereadores na Câmara, passando agora a contar com 18,2% de representatividade pois a Magnitude (M) para 11 cadeiras.

Analisar essas porcentagens é importante para entender a dinâmica de crescimento e representatividade dos partidos ao longo do tempo e como a variável Magnitude (M) influencia nisso.

Como pode notar em alguns casos, por mais que de um pleito para outro um determinado partido mantenha o mesmo número de vereadores eleitos, se a Magnitude (M) for menor, diminui também a porcentagem de representatividade de cada partido.

Isso se dá devido a lógica matemática de que quanto menos cadeiras o partido obtiver em relação a Magnitude (M), menor será a representatividade que ele terá perante a Câmara de Vereadores.

Logo, a representatividade está condicionada a variável Magnitude (M) e ao número de cadeiras que o partido obter na eleição.

Para entender melhor isso, pode-se criar um quadro mostrando a dinâmica do crescimento e a representatividade dos partidos com representatividade na Câmara nos quatro pleitos estudados nesse trabalho.

Quadro 9 – Representatividade dos partidos na Câmara de Vereadores em Itaquí (2000-2012)

Partido/Ano	2000	2004	2008	2012
PDT	38,4%	44,4%	33,3%	27,3%
PMDB	30,8%	22,2%	22,2%	18,2%
PSB	7,7%	22,2%	22,2%	18,2%
PP/PPB	7,7%	11,1%	22,2%	18,2%
PSDB	15,4%	-	-	-
PTB	-	-	-	11,1%
PT	-	-	-	11,1%

Fonte: TRE e elaboração própria

É possível notar, por exemplo, um declínio da representatividade tanto do PDT quanto do PMDB nos últimos anos, mesmo estes sendo os maiores partidos nas disputas eleitorais proporcionais.

O PDT que só cresceu em 2004 quando venceu as eleições proporcionais, mas, apesar de ter vencido em 2008, seu tamanho diminuiu, permitindo o crescimento do PP, que no ano apresentou candidatura própria.

Isso mostra a influência que as candidaturas a prefeito possuem na força da representatividade dos partidos na Câmara.

O PSB, por mais que pareça não se influenciar por esse fator, também cresceu devida apresentação de candidatura própria a prefeito.

Voltando um pouco mais no tempo, além do que esse trabalho se propõe a analisar, em 1992 o PSB não apresentou candidato a prefeito e nem apoiou em coligação majoritária, portanto, não elegeu nenhum candidato ao legislativo.

No pleito de 1996, porém, o PSB lançou um candidato próprio a prefeito, João Felix Silveira Cunha, e ficou em 3º (terceiro) lugar com 597 votos. Nesse ano o PSB elegeu um vereador, Mario Sander Bruck, o mesmo que em 2000 ficou em 4º (quarto) lugar nas eleições proporcionais com 2552 votos, e elegeu novamente 1 (uma) vereadora, Claudete Bruck, que na época era sua esposa.

Claro que o fato de possuir candidato próprio a prefeito não é o único fator que leva a um partido eleger candidatos a Câmara de Vereador, mas é uma variável que tem muito peso.

Isso se dá porque a sigla acaba ganhando visibilidade eleitoral e faz com que os candidatos a vereador que circundam o candidato a prefeito possuam essa visibilidade também.

Partidos que apresentam candidatura a prefeito, tendem a possuir muito mais colaboradores e também um número maior de vereadores do partido concorrendo, o que

aumenta o número de votos que a legenda recebe podendo, assim, eleger um vereador por média.

Um exemplo são as eleições de 2012, quando o PT apresentou um candidato próprio pela primeira, em que Ricardo Howes Carpes ficou em terceiro lugar com 4004 votos. Nesse ano o PT apresentou 12 nomes para concorrer as eleições proporcionais, em 2008, quando PT apenas estava coligado com o PMDB que havia apresentado candidato próprio, este (PT) havia apresentado apenas três candidaturas.

No ano de 2012, o vereador Fábio Molina, do PT, que fez 329 votos, foi eleito com média, ou seja, pelos votos que a legenda do PT fez. Somando todos os votos do PT para vereador, o partido fez 1407 votos.

Como já foi explicado no Capítulo 1 deste trabalho, o Quociente Eleitoral é calculado da seguinte forma:

Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior. (Código Eleitoral, art. 106, p. 32)

Na eleição de 2012, o número de votos válidos foi de 21405 e a Magnitude (M) do distrito era de onze, portanto o quociente eleitoral era de 1946 votos.

O PMDB fez 4580 votos, isso, dividido pelo quociente eleitoral deu resultado 2, ou seja, pode eleger os dois vereadores mais votados.

Como os dois mais votados do PMDB foram Marcelo Petrini, com 1829 votos, e Luisa Fontela, com 609 votos, a candidata Aline Coffi, que mesmo tendo ficado em 10º (décimo) lugar na eleição não pode assumir devido ao quociente partidário.

O PDT fez 4771 votos, ou seja, pode eleger três vereadores. Isso, claro, no primeiro cálculo o partido pode eleger dois vereadores, mas quando o cálculo recomeçou, pode eleger mais um devido o cálculo das maiores médias.

O PSB fez 2259 votos, pode eleger dois candidatos, um devido ao primeiro cálculo e outro devido o cálculo das maiores médias. O PP fez 3457 votos, ou seja, pode eleger dois candidatos e o PTB fez 1953 votos e pode eleger um candidato. Já o PT fez 1407 e não atingiu o quociente eleitoral mas elegeu seu vereador Fábio Molina por meio da sobra.

Dessa forma só é possível perceber a vitória do vereador Fábio Molina, do PT através da participação do candidato Ricardo Howes Carpes como candidato a prefeito e

o incentivo partidário que leva um partido a possuir mais candidatos ao legislativo quando possui candidatura própria ao executivo.

O número de candidatos a vereador por partido, quando este lança candidatura própria, também influencia na votação do candidato pois quando mais candidatos a vereador o partido tiver, maior será a sua votação. Isso porque aumenta o número de pessoas – no caso os vereadores – trabalhando para eles.

Esse é um caso claro do PTB que em 2004 quando lançou candidato próprio contava com apenas quatro candidatos a vereador. E em 2008 quando não lançou candidato próprio lançou apenas um candidato a vereador, José Airton Garcia, que fez um número considerável de votos, 323.

Por contar apenas com quatro candidatos a vereador em 2004, o PTB fez apenas 583 votos, sendo uma das votações mais baixas para prefeito na história das eleições de Itaquí.

Quanto à força das coligações, pode-se criar um quadro tal qual foi feita para visualizar a força das coligações proporcionais, ainda baseando-se no tamanho do partido quanto a representação na Câmara na eleição anterior, como mostrado na Quadro 4 deste trabalho.

Quadro 10 – Força das coligações eleitorais nas eleições proporcionais de Itaquí (2000-2012)

Ano	Coligação	Força
2000	PSDB – PFL	Fraca
2004	PDT – PSDB – PPS – PFL	Média
	PT – PSB	Média
2008	PP – PTB	Média
	PDT – PSDB – PPS	Média
	PMDB – PT	Média
	PR – PSB	Média
2012	PRB / PDT / PPS / PSDB	Média

Fonte: TSE e elaboração própria

A inexistência de coligação forte indica que em nenhum desses pleitos houve coligação entre mais de um partido grande, ou seja, estes preferiram seguir sozinhos as eleições.

Só houve uma coligação fraca nesse período, ou seja, formada por dois partidos sem representatividade na Câmara, e essa coligação, que houve apenas em 2000, conseguiu eleger dois vereadores para Câmara, Cerveja e Rubim, ambos do PSDB.

Isso vai de encontro com o que propõe Dantas e Praça (20010, p. 191) ao afirmar que “a respeito da composição dos acordos celebrados pelos pequenos partidos, a maior parte deles não procura outro pequeno partido para compor suas coligações.”

Ou seja, segundo o autor, a maioria dos partidos pequenos procuram partidos médios e grandes para se coligarem, como pode ser observado na Quadro 10.

Deve-se notar que nesse pleito houve um candidato do PSDB a prefeito, Lauro Hendges, que ficou em terceiro colocado com 4373 votos, um dos fatores que pode ter levado a eleição dos dois vereadores do PSDB.

Pode-se notar, por exemplo, que 87,5% das coligações proporcionais nesse período são de tamanho médio, ou seja, partidos pequenos que se aproximam de partidos grandes ou médios afim de obter uma melhor vantagem eleitoral.

De 2004 em diante, o PDT participou de todas coligações, tendo se coligado com quatro partidos diferentes, todos de tamanho pequeno.

O PMDB, por sua vez, coligou-se apenas em 2008 com o PT, que era um partido pequeno.

Isso demonstra, mais uma vez, claramente a disposição dos partidos pequenos em coligar-se com partidos médios e grandes, seguindo a lógica apresentada por diversos autores da Ciência Política já citados nesse trabalho.

Porém, não foi o PDT o partido que mais participou de coligações eleitorais nos quatro pleitos estudados, mas sim o PSDB, que, apesar de ter eleito vereadores somente em 2000, o partido ainda continuou participando das eleições e apresentando candidatos ao Legislativo.

Em 2004, quando o partido era grande, o PSDB apresentou quatro candidaturas, Rubim, que fez 365 votos; Valdir Fontella, que fez 344 votos; Luiz Cabelheiro, que fez 98 votos; e Nani, que fez 35 votos. Nenhum foi eleito.

Em 2008 o PSDB também apresentou quatro candidaturas. São eles, Luis Felipe Sanchotene Pinto, que fez 606 votos; Valdir Fontella, que fez 216 votos; Paulo Roberto Trodo Lima, que fez 75 votos; e Pedro Paulo Romero Diatel, que fez 20 votos.

Em 2012 o PSDB não apresentou candidatura nem a prefeito nem a vereador, mas esteve coligado tanto nas eleições proporcionais quanto na majoritária.

Quanto à consistência ideológica das eleições proporcionais, pode-se usar o mesmo critério adotado para classificar as coligações majoritárias, baseadas na classificação ideológica da coligação apresentada por Schmitt (1999, apud Peixoto, 2010) e na classificação ideológica partidária apresentada por Rodrigues (apud Madeira e Tarouco, 2013, p. 150).

Com base nessas classificações é possível criar mais um quadro, esta indicando a consistência ideológica das coligações e classifica-las como **consistentes**, **semi-consistentes** e **inconsistentes**.

Quadro 11 - Classificação de consistência ideológica das coligações majoritárias em Itaquí (2000 – 2012)

Coligação	Consistência ideológica
PSDB – PFL	Semi-consistente
PDT – PSDB – PPS – PFL	Inconsistente
PT – PSB	Consistente
PP – PTB	Semi-Consistente
PDT – PSDB – PPS	Inconsistente
PMDB – PT	Semi-Consistente
PR – PSB	Inconsistente
PRB – PDT – PPS – PSDB	Inconsistente

Fonte: TSE e elaboração própria

Em 2004 existe a única coligação consistente do período estudado, tanto para proporcional quanto para majoritária.

PT e PSB se coligaram nas eleições proporcionais, dois partidos de esquerda, ou seja formaram uma coligação que possui consistência ideológica.

Pode-se notar que, assim como ocorreu nas eleições proporcionais, todas as coligações que o PDT participou depois de 2004 foram inconsistentes. Em 2000 o PDT não participou de coligação nenhuma.

O fato da coligação PT e PSB em 2004 não se deve necessariamente pelo fato de serem partidos com a mesma ideologia, porém, pelo fato do PT, sendo um partido pequeno, buscar coligar-se com um partido maior, no caso PSB, que é médio, para obter maiores vantagens eleitorais.

Essas análises das coligações proporcionais nos permite perceber o quão diferente esta é das eleições majoritárias e como a diferença entre os sistemas eleitorais pode influenciar na forma como as alianças são formadas.

Enquanto nas eleições majoritárias os partidos grandes costumavam a se coligar entre si criando assim uma disputa bipolar entre os maiores partidos, nas eleições proporcionais isso não ocorre devido a maior oferta de vagas no Legislativo para os partidos disputarem.

Para entender, porém, essas diferenças, é necessário fazer um estudo comparativo entre as eleições majoritárias e proporcionais, e é o que se segue no próximo tópico.

2.3 Coligações majoritárias e proporcionais comparadas

Antes de começar a comparar as coligações majoritárias e proporcionais é preciso dizer que as coligações em ambos os níveis das eleições não necessariamente são as mesmas.

Em Itaquí, por exemplo, apenas duas vezes se repetiu a mesma coligação na majoritária e proporcional. Ocorreu em 2008 quando PMDB e PT e PP e PTB se coligaram em ambos os níveis eleitorais.

No mesmo ano, houve quatro coligações nas eleições proporcionais e apenas três nas eleições majoritárias.

PP e PTB se coligaram nas proporcionais, em 2008, apoiando a mesma coligação que havia lançado o candidato Jarbas Martini. Ambos partidos estiveram também coligados na eleição proporcional e lançaram oito candidaturas, sendo sete do PP e 1 (uma) do PTB.

PMDB e PT se coligaram nas proporcionais em 2008 e apoiaram o candidato Paulo Ziembowicz. Ambos também se coligaram e lançaram 15 candidatos pela coligação sendo doze pelo PMDB e três pelo PT.

No mesmo ano esteve coligados nas eleições proporcionais o PDT com PSDB e PPS, apoiando o candidato do PDT que foi vitorioso, Gil Marques Filho.

Os mesmos partidos estiveram participando da coligação para majoritária “PDT-PSB-PSDB-DEM-PPS-PR”, porém, PR e PSB, que estavam na mesma coligação

para majoritária formaram uma coligação diferente para a proporcional, mas seguiram apoiando o candidato a prefeito da majoritária.

A coligação formada por PR e PSB chamada “Itaqui do desenvolvimento” foi criada apenas para as eleições proporcionais não existindo, portanto, nas eleições majoritárias.

Essa foi a única eleição em que houve mais coligações proporcionais do que majoritárias, em Itaqui.

Na eleição seguinte, em 2012, houve apenas uma coligação proporcional na qual o PDT coligou-se com PRB, PPS e PSDB, ou seja, formada por um partido grande, no caso o PDT e três partidos pequenos, seguindo a lógica das coligações na qual os partidos pequenos buscam os maiores pra se coligar.

Os outros partidos que participaram da eleição, PMDB, PP, PT, PTB e PSB, preferiram lançar seus vereadores em chapas não coligadas, resguardando assim o quociente partidário para si.

Se, nessa eleição, a coligação continuasse a mesma que a proporcional, o PDT elegeria mais um candidato, Hildebrando dos Santos que ficou em 11º lugar e o PSB não elegeria a candidata Gislaine Brum, que ficou em 14º lugar.

Isso porque somaria os votos do PSB com os do PDT e de outros partidos coligados e o quociente partidário da coligação permitiria eleger cinco candidatos, sendo eles quatro do PDT e um do PSB.

Como o PSB não participava da coligação pôde, enfim, eleger dois candidatos, Sandro Veiga e Gislaine Brum, esta última que se elegeu pela média, ou seja, pelo cálculo eleitoral que garantiu vaga para dois candidatos do PSB e não pela colocação no ranking eleitoral, sendo que haviam quatro candidatos a sua frente.

Isso demonstra o porquê da lógica dos grandes partidos não buscarem coligação nas eleições proporcionais, pois, segundo a lógica do cálculo eleitoral, acabariam dando voto para eleger candidatos de outros partidos em vez dos próprios.

Por conta disso, PMDB e PP que, em 2012 estavam coligados na eleição majoritária, resolveram seguir sozinhos nas eleições proporcionais.

PTB também, que estava coligado com PDT e os outros partidos que compunham a coligação na eleição majoritária, resolveu seguir sozinho e elegeu um candidato, Emerson Ramos, que ficou em 8º lugar.

A partir dessa comparação entre as coligações entre eleições majoritárias e proporcionais pode-se criar um novo quadro, essa mostrando as coligações em ambas as eleições e o ano em que ocorreram.

Nesse quadro é possível ver uma grande diferença entre as coligações proporcionais e majoritárias, tanto na forma como são feitas as alianças quanto na quantidade destas em cada um dos pleitos.

Essa diferença se dá pelo fato de que os partidos grandes, ou seja, aqueles que têm mais chance de obterem vagas no Legislativo, evitam se coligar com outros partidos para que seus votos não sejam calculados juntos no momento do cálculo eleitoral e fazer com que os votos de um dos partidos da coligação eleja outro partido.

Quadro 12 – Coligações Majoritárias e Proporcionais em Itaqui (2000 – 2012)

Ano	Coligação Majoritária	Coligação Proporcional
2000	PDT-PTB	PSDB – PFL
	PSDB – PPB - PFL	-
2004	PDT –PT-PPS-PFL- PSB-PSDB	PDT – PSDB – PPS – PFL
	-	PT – PSB
2008	PP-PTB	PP – PTB
	PDT-PSB-PSDB-DEM-PPS-PR	PDT – PSDB – PPS PR – PSB
	PMDB-PT	PMDB - PT
2012	PMDB-PP	
	PDT-PSB-PRB-PSDB-PPS-PTB	PRB – PDT – PPS – PSDB

Fonte: TSE

Esse tópico comparativo nos mostra como as diferenças entre os sistemas eleitorais “Proporcional” e “Majoritária” influenciam nas decisões de aliança em que os partidos participam e como isso também possuem impacto no resultado das eleições as quais estes disputam.

Isso se dá pelo fato de que as coligações exercem uma grande influência no resultado eleitoral e, como o fato do sistema eleitoral possuir impacto na forma como essas coligações se formam, conseqüentemente o resultado das eleições também está ligado as regras do sistema eleitoral a qual as eleições estão subordinadas. Por isso não se pode deixar de pensar eleições e resultados eleitorais sem pensar em alianças e coligações.

Para finalizar o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o rigor acadêmico necessário, apresento abaixo os capítulos **6 (Considerações Finais)** e **7 (Referências)**. O conteúdo foi expandido para refletir toda a análise realizada nos capítulos anteriores, e a lista de referências foi compilada com base em todos os autores e obras citados ao longo do seu texto.

Considerações Finais

A presente pesquisa cumpriu seu objetivo primordial de analisar a dinâmica das coligações nas eleições municipais de Itaquí (RS) entre os anos de 2000 e 2012. Através do cruzamento de dados empíricos do TSE com a literatura clássica e contemporânea da Ciência Política, foi possível desvelar os mecanismos que regem o comportamento partidário local.

6.1 Validação das Hipóteses e Comportamento Partidário

A análise das coligações majoritárias revelou que estas são instrumentos indispensáveis para a conquista do Executivo em Itaquí. Com exceção do pleito de 2000, onde a popularidade individual de Silas Goulart permitiu uma vitória isolada do PMDB, todos os demais prefeitos eleitos no período faziam parte de alianças partidárias. Observou-se uma clara **polarização bipolar** entre PDT e PMDB, em torno dos quais orbitam "candidaturas satélites" que raramente alcançam sucesso sem estar integradas a esses blocos.

Quanto à **durabilidade temporal**, os dados confirmaram que as alianças são efêmeras, não havendo repetição de coligações entre um pleito e outro. No que tange à **consistência ideológica**, predominou o pragmatismo da "teoria da economia de esforços". O PDT, embora seja um partido de esquerda, apresentou coligações majoritariamente inconsistentes, unindo-se a siglas de direita e centro para maximizar seu desempenho eleitoral.

6.2. O Efeito da Magnitude e a Representação Proporcional

A pesquisa demonstrou a aplicação prática das leis de Duverger e das teorias de Rae no contexto itaquicense. A variação na **Magnitude (M)** do distrito eleitoral — que oscilou entre 9 e 13 cadeiras no período — teve impacto direto na proporcionalidade. A

redução de cadeiras em 2004 elevou a barreira de entrada, enquanto o aumento para 11 vagas em 2012 permitiu que partidos menores, como PT e PTB, conquistassem representação na Câmara de Vereadores.

Ficou evidente também que os grandes partidos (PDT, PMDB, PP e PSB) tendem a evitar coligações nas eleições proporcionais para proteger seu **quociente partidário**, evitando que seus votos ajudem a eleger candidatos de legendas aliadas em detrimento dos seus próprios.

6.3. Contribuições e Considerações Finais

Este trabalho demonstrou que as coligações em Itaqui não seguem uma lógica programática nacional, mas sim uma estratégia local de sobrevivência e busca pelo poder. O estudo dos "atores periféricos" e das pequenas siglas revelou-se fundamental para entender a estabilidade do sistema partidário municipal.

Por fim, esta pesquisa preenche uma lacuna acadêmica sobre a política de Itaqui, oferecendo uma base de dados sistematizada para futuras investigações sobre o comportamento eleitoral na fronteira gaúcha. Conclui-se que o sistema eleitoral brasileiro, em sua complexidade, exige dos partidos locais uma constante recalibração de forças onde a coligação é, simultaneamente, o maior trunfo e o maior desafio da democracia representativa municipal.

Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Abaixo estão as referências dos autores citados no seu trabalho:

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Código Eleitoral.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernando Pedroza. **As coligações nas eleições para prefeito no Brasil (2000-2008)**. 2010.

DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições municipais: as estratégias de aliança dos partidos para as prefeituras brasileiras (2000-2008)**. 2009.

- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. **Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000**. 2004/2010.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. 1997.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **O sistema partidário brasileiro: continuidade e mudança**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- MACHADO, Aline. **Alianças Eleitorais: casamento com prazo de validade**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Aline. **Coligações nas eleições municipais brasileiras**. 2010.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- OLIVEIRA, Marcos Serres de; RODRIGUES, M. **A influência das coligações**. 2013.
- PEIXOTO, Vitor. **Coligações eleitorais nos municípios brasileiros**. 2010.
- RAE, Douglas W. **The political consequences of electoral laws**. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. 1997.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. 2002.
- ROSSITER, Clinton. **Partidos e política na América**. In: DANTAS e PRAÇA. 2010.
- SCHMITT, Rogério Augusto. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. 1999.
- SILVA, Aline. **A dinâmica da formação das coligações**. 2010/2014.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Teoria da economia de esforços**. 1964.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Pinheiro. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. 2013.